

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Délio Malheiros	BPS	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Ivair Nogueira	MSC	
Deputado Fred Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado Bruno Siqueira	MSC
Deputado Sebastião Costa	BTR

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO****Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	MSC	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	MSC	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado	BPS	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	MSC	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BTR	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Délio Malheiros	BPS	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10:30 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	



Deputado Marques Abreu BTR
Deputado Elismar Prado MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio BPS
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT
Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputada Maria Tereza Lara MSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Délio Malheiros BPS Presidente
Deputada Liza Prado BPS Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputado Carlos Henrique MSC
Deputado Antônio Júlio MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio BPS
Deputada Rosângela Reis BPS
Deputado Antônio Lerin BPS
Deputado Sávio Souza Cruz MSC
Deputado Vanderlei Miranda MSC

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Durval Ângelo MSC Presidente
Deputado Paulo Lamac MSC Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Delvito Alves BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara MSC
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Célio Moreira BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Bosco BTR Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputado Carlin Moura MSC
Deputado Paulo Lamac MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende BTR
Deputado Deiró Marra BTR
Deputado João Vitor Xavier BTR
Deputada Maria Tereza Lara MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC

**COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE****Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR	
Deputado Bruno Siqueira	MSC	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado André Quintão	MSC	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BTR	Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	BMC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BPS	
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Ivair Nogueira	BMC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BPS	Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Ivair Nogueira	MSC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BPS	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	



Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Henrique MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR
Deputado Fábio Cherem BPS
Deputado Antônio Júlio MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado André Quintão MSC Presidente
Deputado Fred Costa BTR Vice-Presidente
Deputado Bosco BTR
Deputado Antônio Lerin BPS
Deputado Carlin Moura MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado João Leite BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS Presidente
Deputado Fabiano Tolentino BTR Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado Doutor Viana BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado BPS
Deputado Luiz Humberto Carneiro BTR
Deputado Bonifácio Mourão BTR
Deputado Antônio Lerin BPS
Deputado Rogério Correia MSC

COMISSÃO DE REDAÇÃO**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Duarte Bechir BPS Presidente
Deputada Ana Maria Resende BTR Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Gilberto Abramo MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado João Leite BTR
Deputado Bosco BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Antônio Júlio MSC

**COMISSÃO DE SAÚDE****Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	BPS	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BPS	
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Almir Paraca	MSC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Durval Ângelo	MSC	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BPS	Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	Vice-Presidente
Deputado Juninho Araújo	BPS	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir	BPS	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC
Deputado Carlin Moura	MSC
Deputado Fábio Cherem	BPS
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO**Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT
Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Hélio Gomes	BPS
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC
Deputado Pompílio Canavez	MSC

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - 12ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Entrega ao Sr. José Múcio Monteiro Filho Ministro do Tribunal de Contas da União do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

1.2 - Reunião de Comissões

2 – MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3- ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****8- ERRATA****ATAS****ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/5/2011****Presidência do Deputado Dinis Pinheiro**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Vice-Governador do Estado - Entrega de título - Palavras do Sr. José Múcio Monteiro Filho - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Arlen Santiago - Fred Costa - Neilando Pimenta - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



Ata

- O Deputado Arlen Santiago, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. José Múcio Monteiro Filho, Ministro do Tribunal de Contas da União, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do ex-Deputado Romeu Queiroz, pelo Governador do Estado, por meio de decreto publicado no “Diário do Executivo” em 7/5/2011.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; José Múcio Monteiro Filho, Ministro do Tribunal de Contas da União; Conselheiro Antônio Carlos Doorgal de Andrada, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI -; Olavo Machado Júnior, Presidente do Sistema Fiemg; e Romeu Queiroz, ex-Presidente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença da Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes; e dos Exmos. Srs. Deputados Federais Fábio Ramalho e Vítor Penido; do ex-Ministro Walfrido dos Mares Guia; dos ex-Deputados José Militão e Cleuber Carneiro; do Deputado Federal Alexandre Silveira, Secretário de Estado de Gestão Metropolitana; Jack Corrêa, Vice-Presidente da Coca-Cola do Brasil; Glaydson Santo Soprani Massaria, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado; Cláudio Rodrigues, Diretor Executivo da Rede Record; Euler Marques, Presidente do Conselho da Abap; e do ex-Ministro e ex-Deputado Roberto Brant.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo 1º-Sgt. Santana, no saxofone, e pelo 3º-Sgt. Lázaro, na guitarra, músicos da Banda Bios, Bombeiro Instrumental Orquestra Show, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, querido amigo Alberto Pinto Coelho, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Exmo. Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro Filho, querido homenageado; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Conselheiro Antônio Andrada; Exmo. Sr. Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Robson Braga de Andrade; Exmo. Sr. Presidente do Sistema Fiemg, Dr. Olavo Machado Júnior; Exmo. Sr. ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Romeu Queiroz, autor do requerimento que solicitou a concessão do título, quero registrar, com muita alegria, a presença do filho do querido homenageado, José Múcio Monteiro Neto. Aproveito o ensejo para cumprimentar também, com muito carinho, seu sobrinho, Fernando Monteiro. Quero saudar, de forma entusiasmada, a presença dos Deputados e das Deputadas, senhoras, senhores, imprensa presente.

É com muita satisfação e muita honra que a Assembleia Legislativa, em nome do povo mineiro, realiza esta reunião especial destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais a esse ilustre homem público que é o Ministro José Múcio Monteiro Filho.

O reconhecimento dos mineiros a um cidadão pernambucano nos remete, antes de mencionarmos as razões específicas desta homenagem, aos antecedentes históricos que aproximam Minas Gerais de Pernambuco, dois Estados que tiveram papel preponderante no desenvolvimento econômico e na formação política brasileira. Do ponto de vista econômico, Pernambuco foi um dos sustentáculos do ciclo da cana-de-açúcar, principal atividade produtiva nos primeiros tempos do Brasil Colônia. Minas Gerais, por sua vez, revelou-se mais tarde como uma das regiões mais ricas do País, quando se iniciou a exploração do ouro, do diamante e de outras pedras preciosas. Tornaram-se, assim, Pernambuco e Minas polos de atividades que impulsionaram diversos outros campos do desenvolvimento econômico, como comércio e serviços, com reflexos positivos não apenas para suas regiões de influência - o Nordeste e o Sudeste do País -, mas também para todas as outras regiões brasileiras. Foi também nesses dois Estados que ocorreram alguns dos movimentos mais importantes contra os abusos e a opressão da Coroa portuguesa. A Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana tornaram-se símbolos da resistência à dominação estrangeira, impulsionando os ideais libertários que deram origem à nossa independência e à nossa República.

A extensa e exemplar vida pública de nosso homenageado, primeiramente em órgãos localizados em seu Estado e depois em instituições de âmbito federal, na Capital do País, faz-nos lembrar que ele herdou dos líderes daqueles históricos movimentos os princípios republicanos e uma condição fundamental para o exercício da política: o firme propósito de se dedicar ao bem comum. Foi com esse espírito e com permanente determinação que ele percorreu sua longa trajetória em funções públicas, desde as de Vice-Prefeito e Prefeito de Rio Formoso; em seu Estado natal, Secretário Municipal em Recife e Secretário de Estado de Pernambuco; Deputado Federal por várias legislaturas; até o relevante posto que hoje ocupa, o de Ministro do Tribunal de Contas da União. Mas foi em dois outros cargos também de grande importância, o de Líder do Governo na Câmara dos Deputados e o de Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que ele demonstrou, de forma incontestável, seu apreço e consideração com Minas Gerais, atendendo a diversos pleitos de interesse público de nosso Estado. A bancada mineira na Câmara dos Deputados é testemunha do tratamento especial que ele sempre deu aos assuntos que dizem respeito a Minas Gerais, a exemplo de projetos, emendas e liberação de recursos destinados a viabilizar a realização de obras e investimentos no Estado.



Tomo a liberdade de citar, entre os parlamentares mineiros que tiveram o privilégio de conviver no Congresso Nacional com o nosso homenageado, o Deputado Romeu Queiroz, que até recentemente ocupou cadeira entre nós e que presidiu por duas vezes esta Casa, imprimindo-lhe dinamismo e modernidade no aperfeiçoamento das atividades legislativas.

Não resta dúvida, senhoras e senhores, de que o Ministro José Múcio Monteiro Filho se tornou um grande aliado das demandas e do desenvolvimento de nosso Estado. Por tudo isso, Ministro, é que Minas lhe concede, com muita justiça, o Título de Cidadão Honorário. E é com muita alegria, com sentimento de gratidão e de reconhecimento, que este Parlamento lhe entrega, na presente solenidade, esta mais do que merecida homenagem. Muito obrigado.

Palavras do Vice-Governador do Estado

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, caríssimo Deputado Dinis Pinheiro; Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro, nosso homenageado nesta noite de gala; Sr. Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Conselheiro Antônio Andrada; Sr. Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade; Sr. Presidente do Sistema Fiemg, caríssimo Olavo Machado Júnior; Sr. Romeu Queiroz, autor do requerimento que solicitou a concessão do título de cidadania honorária do Estado de Minas Gerais, meu dileto amigo ex-Presidente desta Casa; Sr. Deputado Federal Fábio Ramalho, dileto amigo; minha cara Deputada Jô Moraes; meu caro Deputado Federal Vítor Penido, companheiro de governo, Secretário de Estado de Gestão Metropolitana; Deputado Federal Alexandre Silveira; Srs. Deputados Estaduais Arlen Santiago, Fred Costa, Neilando Pimenta e Tiago Ulisses; Sr. ex-Vice-Governador do Estado, ex-Deputado Federal e ex-Ministro Walfrido dos Mares Guia; queria enaltecer a presença ilustre dos ex-membros desta Casa e ex-Deputados Federais José Militão e Cleuber Carneiro; dos familiares de nosso homenageado, José Múcio Monteiro: seu filho, e Fernando Monteiro, seu sobrinho; senhoras, senhores, demais autoridades; boa noite.

Sabemos, caro Ministro José Múcio Monteiro, que a autoridade é outorgada, mas a verdadeira liderança representa uma conquista. Essa é a grande realidade política e administrativa que o ex-Governador e atual Senador da República Aécio Neves - uma autêntica liderança nacional - soube construir na gestão pública de nosso Estado, ensinando, com seu exemplo, que o trabalho em equipe é a chave do sucesso administrativo.

Nesse processo de gestão, nunca há a figura de um triunfador único, pois os resultados alcançados são compartilhados, celebrados e reconhecidos como de todos, sobretudo dos seus destinatários finais, que são os cidadãos mineiros. Foi assim que um gestor público, com vocação ímpar para bem servir e da envergadura do Prof. Antonio Anastasia, sendo auxiliar de proa do governo Aécio Neves e seu Vice-Governador no segundo mandato, pôde galgar a primeira magistratura do Estado, encarnando esse elevado espírito de equipe que sustenta as estratégias, diretrizes e ações de governo em Minas Gerais.

Essas luzes de Minas, que nos orientam e nos cercam sempre dos bons e dos melhores valores, certamente inspiraram o Presidente Lula quando convocou V. Exa. para receber das mãos do mineiro ilustre Walfrido dos Mares Guia a chefia do Ministério das Relações Institucionais e de Coordenação Política do seu governo, mantendo o PTB no centro nevrálgico das grandes decisões nacionais, partido que é destacado colaborador do processo de modernização e de desenvolvimento que vive Minas Gerais, sendo presidido em nosso Estado pelo talento e pela competência política do 1º-Secretário desta Assembleia, o estimado Deputado Dilzon Melo.

Caro Ministro José Múcio, V. Exa. certamente haverá de se recordar do poema “Canção amiga”, de Carlos Drummond de Andrade, cujos versos finais concluíram a saudação que lhe foi dirigida pelo Senador por Goiás, Demóstenes Torres, quando o eminente Ministro foi homenageado em Belo Horizonte, em 2009, pela seção mineira da Associação Brasileira de Propaganda, recebendo então o prêmio Abap de Sustentabilidade. Enaltecendo a sustentabilidade da amizade, foram então evocados esses versos de Drummond, gênio irmão, em verso e prosa, do pernambucano João Cabral de Melo Neto: “Eu preparo uma canção que faça acordar os homens e adormecer as crianças”. Esta canção amiga prenunciava, já, as afinidades latentes que vinculam os valores do espírito de V. Exa. às raízes imateriais de Minas. Traduzia, nas palavras de João Guimarães Rosa, nosso jeito mineiro de ser: “Mineiro tem esse jeito, chama a gente e sai andando...”.

Assim, no mesmo ano, o Tribunal de Contas de nosso Estado lhe outorgou a Ordem do Grande Colar. O estimado Deputado Romeu Queiroz, seu colega na Câmara dos Deputados e, por duas vezes, Presidente desta Casa, fez, em seguida, a indicação do nome de V. Exa. para receber a Cidadania Honorária de Minas Gerais, com a irrestrita aprovação dos membros deste Parlamento, diploma que hoje lhe foi solenemente outorgado.

O governo do Estado de Minas Gerais reservou para V. Exa. a comenda mais alta com que distingue os mineiros e os brasileiros com relevantes serviços prestados ao Estado e à Nação: a Medalha da Inconfidência - que também hoje tivemos a honra de entregar-lhe no Salão Nobre desta Casa. No “Romanceiro da Inconfidência”, os versos de Cecília Meirelles ecoam sempre em nossos corações, celebrando o sonho precursor da Independência e da República: “Parada noite/ suspensa em bruma:/ Não, não se avistam/ os fundos leitões.../ Mas, no horizonte/ do que é memória/ da eternidade,/ referve o embate/ de antigas horas,/ de antigos fatos,/ de homens antigos”. Antigos e heroicos homens, que se fazem presentes em nossos sonhos e ideais de sempre!”

Exmo. Sr. Ministro José Múcio Monteiro, as palavras que acabo de pronunciar, recordando a Inconfidência Mineira com Cecília Meirelles, representam a mensagem que o governador Antonio Anastasia gostaria de lhe transmitir pessoalmente. Na absoluta impossibilidade de sua presença, pediu-me que delas fosse portador, como expressão da sua admiração pela vida pública vitoriosa e exemplar de V. Exa. ao longo de mais de 30 anos de serviços prestado ao seu Estado natal, Pernambuco, ao Brasil e aos mineiros. Pediu-me mais o Governador Antonio Anastasia: que lhe dissesse, caro Ministro José Múcio, que as homenagens que lhe são tributadas pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelo Tribunal de Contas do Estado simbolizam também a irmandade histórica e política que une, através dos séculos, Pernambuco e Minas Gerais na construção da nacionalidade.

Desde o alvorecer da Insurreição Pernambucana, ainda no século XVII, na chamada Guerra da Luz Divina, com a epopeia de Guararapes, à Inconfidência Mineira, nos idos do século XVIII, há uma comunhão de destinos entre pernambucanos e mineiros. Na atuação política de V. Exa., no curso do exercício de cargos de Secretário e Ministro de Estado, acrescido de 20 anos de atividades no



Congresso Nacional, ressalta uma virtude cardeal que também assinala, caro Ministro José Múcio, sua identificação com um dos grandes valores característicos da gente mineira.

Refiro-me ao seu superior espírito de conciliação, à sua busca constante de alcançar a conciliação dos contrários em proveito do possível, cultivando, na prática política, a sábia lição de Max Weber: “O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível”.

Neste momento solene, em nome do governo de Minas Gerais, podemos dizer-lhe, caro Ministro José Múcio, que o nosso Estado, a exemplo do que V. Exa. disse em relação ao Brasil, “não está mais sonhando com o futuro, mas já começamos a usufruir do presente”.

Esse dinâmico processo de modernização administrativa, em pleno curso, visa, sobretudo, colocar o Estado em condições de prestar maiores e melhores serviços à população, que é o seu objetivo último e constitucional, exemplo que vemos espelhado nas primeiras diretrizes de gestão do governo Dilma Rousseff.

Programas como a Rede Mineira de Trabalho, em parceria com empresários e trabalhadores, os investimentos em defesa social, o programa Professores de Família, o cumprimento antecipado das Metas do Milênio, onde Minas é caso singular ao ir além das metas propostas pela ONU com vistas à redução da pobreza, o combate e a prevenção contra o uso de drogas, a extensão da energia elétrica às famílias de baixa renda da zona rural são, entre outros, exemplos desse compromisso de Minas com o novo perfil do desenvolvimento sustentável, combinando crescimento econômico com efetivos resultados sociais.

E o crescimento econômico de Minas, caro Ministro José Múcio, continua a apresentar avanços expressivos neste exercício de 2011, comprovados pela expansão do emprego no primeiro quadrimestre deste ano, acima da média nacional, acompanhada do incremento das exportações mineiras, que aumentaram quase 50% no primeiro trimestre deste ano em relação a 2010.

Essas informações também traduzem aquele pensamento de V. Exa. de que, quando estamos a bordo de um mesmo avião chamado Brasil, todos devemos almejar, acima das diferenças partidárias ou ideológicas, um futuro melhor para o seu Estado e o seu país, para todos os seus cidadãos.

Por isso Minas Gerais está sempre aberta a parcerias com governos, instituições e entidades públicas e privadas que comungam com o objetivo de promover a sustentabilidade do desenvolvimento e da democracia no Brasil.

Ainda hoje, sob o título “Sinergia Estratégica”, o Sr. Olavo Machado, Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, publica artigo em que exalta o recente convênio firmado pelo governo do Estado e a Fiemg, estabelecendo parceria entre o Cetec e o Senai, que irá dotar Minas do mais avançado centro tecnológico do Brasil. Os seus objetivos estratégicos são o de aperfeiçoar o processo produtivo e as novas tecnologias, diversificar a economia, agregar valor e qualificar a mão de obra. Minas vive hoje, portanto, de frente para o futuro.

É com esse sentimento de confiança que lhe damos as boas-vindas à cidadania mineira, em reconhecimento à honradez e ao bem fazer que têm marcado a sua trajetória na vida pública.

Hoje V. Exa. está a serviço de um dos mais elevados exercícios de cidadania, no alto posto de Ministro do Tribunal de Contas da União, com sua missão de fiscalizar e julgar os gastos públicos e o uso do dinheiro do contribuinte.

V. Exa. pontificou no Congresso Nacional e no Ministério das Relações Institucionais e de Coordenação Política como homem do diálogo, cultivado desde o berço abençoado em que veio ao mundo, nascido do amor de seus venerados pais: José Múcio Monteiro e Maria Cristina Azevedo de Queiroz Monteiro.

Acolhendo com elevada honra essa consagradora herança espiritual, seu novo lar de Minas se abre por inteiro à sua visão de futuro, ao Ministro José Múcio, quando afirma com o seu conterrâneo emérito, Prof. Celso Furtado, que o desenvolvimento só pode ser sustentado quando é um processo endógeno, ou seja, quando ao plano político se associa um elevado grau de vontade coletiva.

Compartilhamos solidariamente dessa visão, sabendo que no novo mundo em que vivemos não há mais, como no passado, verdades absolutas a serem impostas a povos ou a nações; estamos, sim, diante de um futuro aberto. Tendo pessoas do porte de V. Exa. ao lado, como aliados incondicionais, mais motivos teremos para confiar em cada passo a ser dado nesse território do futuro.

Encerro com as palavras escritas para esta solenidade pelo Governador Antonio Anastasia: “O belo horizonte de um tempo permanente une hoje, com história na mão e na pessoa do caro Ministro José Múcio Monteiro Filho, Pernambuco, Minas Gerais e o Brasil em forte e solidário abraço.” Que assim seja, hoje e sempre! Muito obrigado.

Entrega de Título

O locutor - Neste instante, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. José Múcio Monteiro Filho, Ministro do Tribunal de Contas da União, passando-lhe às mãos o diploma, que contém os seguintes dizeres: (- Lê:) “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 7/5/2011, a requerimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Sr. José Múcio Monteiro Filho o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira.”

O Sr. Presidente - Por gentileza, acompanhem-me, querido Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e querido Deputado Romeu Queiroz.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. José Múcio Monteiro Filho

Exmos. Srs. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado meu prezado e velho amigo Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado nesta solenidade representando o Governador Antonio Anastasia; Conselheiro Antônio Andrada, Presidente do Tribunal de Contas do Estado a quem agradeço pela honrosa homenagem de que fui alvo hoje; meu velho e prezado amigo Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Dr. Olavo Machado Júnior, Presidente do Sistema Fiemg; meu prezado e velho amigo Romeu Queiroz, com quem tenho uma amizade de muitos anos de bem-querer, imune à distância, aos mandatos e às querelas políticas, autor do requerimento que me homenageia e a quem homenageio, assim como a sua



família; minha prezada companheira Deputada Federal Jô Moraes, ilustre representante de Minas e ilustre Líder da bancada feminina no Congresso Nacional; prezado Deputado Federal Fabinho Ramalho, homem de Malacacheta, a quem tive a honra de acompanhar até lá; prezado Deputado Alexandre Silveira, a quem agradeço pela presença; prezado amigo e municipalista Deputado Federal Vitor Penido; prezado e querido amigo Deputado José Militão, a quem, sempre que encontro, registro a falta que fez naquela casa; prezado e velho companheiro do “nortão” deste Estado maravilhoso, Deputado Federal Cleuber Carneiro; prezado amigo Walfrido dos Mares Guia, líder, um dos maiores homens públicos que conheci e que Minas Gerais emprestou a este país, a quem assisti e com quem muito aprendi a resolver problemas com diálogo, com carinho e com respeito, tratando a todos como se fossem iguais e tivessem tido as mesmas oportunidades; prezado amigo Roberto Brant, Deputado e ex-Ministro, a quem homenageio aqui também; prezado amigo Roberto Hilton; Srs. Deputados Estaduais; funcionários desta Casa; boa noite. Quero fazer uma homenagem e agradecer também ao Jack Corrêa, velho amigo mineiro, um irmão, que me homenageia também com sua presença; aos funcionários desta Casa; ao meu filho Múcio; ao meu sobrinho Fernando e ao meu cunhado Luciano.

Sr. Presidente, componentes desta Mesa, senhoras e senhores, quis fugir do lugar comum dos que agradecem sempre quando são distinguidos.

Há uma razão maior de eu me sentir com toda a emoção, e gostaria que estivessem aqui todos os meus filhos, minha mãe, minha família, e vocês vão entender o porquê. Política é destino - alguém já disse isso -, é vocação, é oportunidade, é sorte. Não era meu propósito ser político. Sou fruto de um casamento de dois jovens que muito cedo resolveram se casar. Aos 18 anos do meu pai, ele já tinha o primeiro filho. E ele passou para mim todos os seus projetos e sonhos, como se materializasse no seu filho tudo aquilo que ele não tinha conseguido ser. Era desejo dele - já contei isso ao prezado Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador - que eu fosse engenheiro mecânico. E eu, para fazer o gosto de meu pai, fui ser engenheiro mecânico. Lembro-me muito bem - e não me arrependo disso - de quando lhe disse que gostaria de ser advogado. Ele, carinhosamente, sendo que naquela época não havia psicólogos, disse: “meu filho, depois que você for engenheiro mecânico, você escolhe a profissão que quiser”. Formei-me em engenharia e comecei minha vida profissional trabalhando numa empresa de Minas. E começa aí a minha relação com Minas. Fui engenheiro da Construtora Rabelo por alguns anos. Trabalhei numa barragem de Tapacurá, com o prezado Hugo, que me homenageia aqui com sua presença, um engenheiro renomado de Minas; depois fui transferido para o Rio de Janeiro, onde trabalhei na ponte Rio-Niterói por um curto espaço de tempo. Fui promovido para trabalhar na Rio-Santos.

Por um acidente, meses depois que me encontrava no Rio, perdi meu pai e tive de voltar. Daí começa a razão por que termino aqui esta noite. Fui viver com o meu avô, um homem duro, mas que foi quem me fez homem. Trabalhei com ele no interior, quando, num belo dia, ele chegou na empresa e disse: “Você será candidato a Vice-Prefeito de Rio Formoso”. Eu disse: Mas, vovô! “Ele disse: “O rapaz da propaganda já vem amanhã, assim como o fotógrafo. Você está registrado no partido tal, e felicidades”. Então fui Vice-Prefeito de Rio Formoso em 1976. Em 1982, meu tio Armando Monteiro Filho, pai do ex-Presidente da CNI, era do então MDB, e meu avô, um governista desses empedernidos, que não gostava da atuação política, por mais que admirasse o filho, o querido e predileto, como sempre fez questão de demonstrar, disse um dia: “Seu tio está achando que quem manda na política de Rio Formoso é ele”. Daí lançou um candidato pelo partido dele, e disse: “Você é candidato a Prefeito”. E lá fui eu ser candidato a Prefeito. Noventa dias depois de estar na Prefeitura, o então Governador Roberto Magalhães me convocou para presidir a Companhia Energética de Pernambuco, onde passei exatos 28 dias. Numa madrugada, ele me chamou no Palácio e disse: “José Múcio, tenho uma tarefa para você. Você será Secretário de Energia, Transporte e Comunicação do Estado”. Eu tinha 32 anos e comecei a viajar pelo Estado. Comecei a ver que a política é o melhor dos instrumentos para quem quer servir. Vi que as estradas sobre as quais eu tinha estudado poderiam se transformar em caminhos, em avenidas, para que pudéssemos resolver o problema dos injustiçados; que as pontes poderiam ser maiores que as pontes de concreto. Nós poderíamos juntar pessoas, juntar ideias, estabelecer resultantes, tirar um pouco de cada um uma ideia onde cada um se sentisse participante.

Visitei cada palmo do meu Estado e fui começando a tomar gosto pela política, sentindo que, para aqueles que queriam servir, que se sentiam estimulados em materializar suas indignações diante das injustiças, nada era melhor que a política, na mão dos bons, para se resolverem os problemas. E me questionava sobre os absurdos, os abusos. Eu não poderia me sensibilizar, por conta dos abusos, e não enveredar pelo caminho do bom uso. Comecei o maior desafio da minha vida aos 36 ou 37 anos, ao enfrentar o maior líder de esquerda voltando do exílio, o Dr. Miguel Arraes de Alencar.

A nossa eleição é um paradoxo: eu tinha 36 anos, era a cara do passado, ele tinha 70 anos, era a cara do futuro. Eu tinha 36 anos e era a cara do que o povo queria mudar, ele tinha 70 anos e era a cara do que o povo queria para o País. Contribuí no processo democrático, fizemos uma eleição elegante. Lembro-me: tão elegante que, no meio da campanha, os marqueteiros entregaram o lugar, porque não conseguiram convencer-me que eu tinha de tratá-lo por você. Ele tinha história, tinha passado. Eu admirava a sua coragem, os exílios, as prisões, lutando por aqueles que não tinham, quando eu sabia pouco disso, porque, como eu tinha nascido tendo, não sabia a dor dos que não tinham.

Ele era sensibilizado pelos necessitados, eu o ouvia dizer. Eu tinha tido escola, tinha tido comida, tinha tido todas as oportunidades com que sonhara, porque nasci bem. Disputamos a eleição do governo, uma eleição elegante. Ao final da eleição, havíamos feito uma amizade. Fiz-lhe uma visita após a posse, passei quatro anos me autoexilando em Goiás. Era tão novo que não sabia qual a minha cor preferida, o meu time predileto. Os marqueteiros mexem com a cabeça da gente. Eu precisava voltar a ser um cidadão comum, fazer feira, ir a supermercados, levar filhos a colégios, mas a política estava em meu sangue. Era meu destino. Fui morar numa cidadezinha distante, no norte do Mato Grosso, Vila Tapiraguaia, que, na época, era um Distrito. Juntei-me à comunidade: isto aqui não pode ser um Distrito, isto aqui tem de transformar-se em Município. Lá estava eu fazendo política de novo. A Vila Tapiraguaia virou Município do Estado do Mato Grosso. O povo de Pernambuco, pela conduta que tivemos, deu-me cinco mandatos de Deputado Federal. Tive a honra de conviver com a valorosa bancada de Minas Gerais e com seus ilustres representantes, que, hoje, estão aqui me homenageando.



No quarto mandato, fui líder do PTB, creio que por dois mandatos, quando me aproximei mais do Ministro Walfrido dos Mares Guia. Tive a chance, a convite do Ministro, de ser Líder do governo Lula. Essa talvez seja, em toda a minha história, a parte mais importante, Sr. Presidente. A despeito das querelas partidárias, das matrizes ideológicas, dos posicionamentos eleitorais, ninguém pode discordar que este Brasil viveu nos últimos anos uma das maiores experiências da história do mundo. O Brasil, que teve 39 ou 40 Presidentes de República, via sempre o poder mudar de mãos, mas sempre para as mãos de quem tinha nascido tendo. Um partido de oposição, um partido de governo, mas quem quer que fosse o vencedor, eram homens que tinham nascido em maternidade, eram homens que tinham nascido em maternidade, eram homens que tinham casa, eram homens que tinham tido comida, que puderam estudar. Sempre o poder mudava de mãos, mas sempre para as mãos de quem havia nascido com poder.

O Brasil usava os pobres, como outros países subdesenvolvidos, para encher os palanques, fazer as campanhas, carregar bandeirinhas, para gritar os “slogans”, mas nunca foram atores principais da democracia que tanto preconizávamos. De repente, aqueles lá de baixo, que tinham sido apenas atores coadjuvantes da história da democracia brasileira, resolveram fazer uma revolução sem desferir um tiro sequer: colocaram um pobre na Presidência da República. Pela primeira vez alguém que tinha passado fome falava de fome; pela primeira vez, alguém que não tinha casa falava de quem não tinha casa; pela primeira vez, alguém que tinha nascido sem ter o pai ao seu lado, sem comida na mesa, pela primeira vez ocupava a Presidência da República alguém que falava das mazelas deste país, porque ele próprio as havia experimentado. Um homem que não guardava rancor das pessoas nem da vida. Um homem que não carregava mágoas em seu coração, que apenas desejava servir por servir.

Sr. Presidente, meus irmãos de Minas Gerais, aí, sim, entendi o sentido da política. Todas as armas partidárias desarmadas, as palavras embainhadas, as espadas embainhadas, todos trabalhando para que o Brasil deixasse de ser sempre aquele país do futuro. Nós e nossos filhos precisávamos de que, em algum momento, esse futuro chegasse e que pudéssemos dele usufruir. Aprendi com esse homem simples, para o qual não fiz campanha, porque pertencia a outro grupo político, que poderíamos fazer política com grandeza.

Eu, Presidente, trabalhei com todas as bancadas do Brasil. Tive a honra de conhecer de perto os bem-intencionados e aqueles que usavam a política para dela se servir. Enaltecia sempre aqueles que usavam a política para minorar dores, para juntar pessoas. Façam justiça a essa bancada de Minas, que se assemelha à de Pernambuco, pois, passada a eleição, chegavam aos meus gabinetes sempre pedindo por Minas.

É fácil servir a Minas, Sr. Presidente, basta zelar pela liberdade e lutar pela democracia plena. Pernambuco e Minas se parecem. Foi pelo sangue de Frei Caneca lá e pelo sangue de Tiradentes cá que consolidamos a nossa democracia e que estamos todos hoje aqui fazendo um ode à liberdade que os senhores colocaram na sua bandeira. A qualquer hora, nem que seja tardia.

Mas sempre é muito fácil servir a Minas. Um dia, o Presidente disse: “Múcio, qual é o seu projeto político?” Eu disse: “Nunca mais pedir um voto.” Ele disse: “Mas você saiu do Ministério das Relações Institucionais, substitui Walfrido, vocês são amigos, você precisa se candidatar a alguma coisa.” Eu disse: “Quero ter de volta o meu gesto. Quero fazer política sem precisar pedir voto. Quero servir sem precisar ser votado. Quero fazer política trabalhando todo dia.” Ele disse: “Vou colocá-lo no Tribunal de Contas da União.” E é lá que estou, Sr. Presidente.

E por que estou aqui? Há um verso de um mineiro de que gosto, Wilson Pereira, com os seguintes dizeres: “O que guardo de Minas em mim é o sonho de subir montanhas e garimpar estrelas”. O que guardo de Minas em mim, Sr. Presidente, é muito mais. Guardo de Minas as suas montanhas e as suas estrelas, como o poeta, mas guardo de Minas as suas fronteiras, que são permanentes fontes de inspiração e estímulo. A fronteira da cultura, dos versos de Drummond, dos versos de um Fernando Brant, de um Pedro Nava, de um Fernando Sabino; a fronteira da cultura de Aleijadinho, a fronteira da industrialização, a fronteira do comércio.

Mas o que mais guardo de Minas, Sr. Presidente, Sr. Governador, senhores parlamentares, senhores e senhoras, o que mais me cativa em Minas é o mineiro. É o jeito de ser. Mineiro é mais que nascer aqui, é um estado de espírito. Mineiro é uma forma de ser. Mineiro é um homem que leva à exaustão o diálogo. O que mais gosto em Minas é a simplicidade de Minas, é a simplicidade do mineiro, é o jeito de o mineiro ver o Brasil. Minas tem um papel importante para este país. Disse e repito, é fácil servir a Minas, Sr. Presidente; é servir à democracia e fortalecer as suas liberdades.

Guardo de Minas o gesto desta noite. Os senhores hoje, aqui, mais que o título de cidadão de Minas, me dão um diploma, um certificado. Foi por isso que deixei que meu coração se sentisse à vontade para dizer, da forma que ele se sentisse melhor, o tamanho da minha gratidão. Esse não é igual aos outros títulos que recebi. Esse é um título maior, porque toca na profundidade da minha alma. Mais que cidadão de Minas, recebo aqui um certificado de 30 anos de vida pública, em que prevaleceu o diálogo, o respeito aos que não tinham, dando oportunidade àqueles que não tinham; daqueles que acham que a política é para os bons, embora os maus tenham tanto sucesso nela. Os melhores da família deveriam ser obrigados a ser políticos, porque ninguém pode saber mais que nós, que fazemos política, o quanto é duro, arriscado, complicado, quanto sacrifício traz à família se dedicar a cuidar dos outros. Ao político não interessa os filhos na escola, interessa que todos tenham escola. Ao político não interessa a sua casa, interessa que todos tenham casa. Nós temos um coração maior que aqueles que só pensam em si.

Sr. Presidente, os senhores hoje me dão, sim, um título de Minas e, de certa forma, sinto-me recebendo aqui uma certidão de nascimento, porque meio mineiro eu já me sentia, e esta Casa está cheia de irmãos meus.

Saio daqui oficialmente mineiro, grato pelo gesto, pelas presenças que, cada uma em si, já valeu a noite e por cada uma já valeu a pena ter vindo aqui. Quero continuar a servir a Minas, e servir a Minas é fácil, é simples. Servir ao mineiro é simples: é zelar pela liberdade, é dar oportunidade aos que não a têm, é lutar pela plena democracia e servir ao País. Muito obrigado aos senhores.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir a Banda Bios - Bombeiro Instrumental Orquestra Show -, do Corpo de Bombeiros Militar, que, sob a regência do Subten. Silas Buenos Aires Assunção, apresentará as músicas “Jumpin’ at the woodside”, de Count Basie; “Oceano”, de Djavan, e “Theme from firepower”, de Gato Barbieri.

- Procede-se à apresentação musical.



O Sr. Presidente - Muito bem, Governador Alberto Pinto Coelho, ainda bem que todos somos mineiros. Aliás, mineiro é isso: cuidadoso, genuíno, simples, observador. É observador e atento. Certamente, Walfrido, os mineiros hoje tiveram uma noite esplêndida. Estou na vida pública há poucos anos. Devo estar agora por completar 20 anos nessa trincheira da vida pública e, há muitos anos, eu não assisto aqui a um “show”. “Show” de eloquência, de vivacidade, de astúcia, de lealdade aos princípios, aos nobres valores que permeiam e que devem obrigatoriamente permear a nossa vida pública. Certamente as mineiras e os mineiros haverão de referendar o que eu falo aqui. Saio daqui feliz, saio daqui revigorado e certamente todos aqui, querido Romeu, haverão de ter aprendido de forma imensurável essa bela lição. Reafirmo: vale a pena exercer a vida pública. Vale a pena servir. Vale a pena e é muito gratificante estender a mão aos próximos, aos mais carentes, aos mais necessitados. É muito gratificante. Os mineiros se elevam, nesse momento, ao vivenciar, ao aplaudir e ao aprender com esse “show” de conhecimento ofertado pelo querido Ministro José Múcio. Minas o aguarda para tantas outras missões. Que Deus continue lhe concedendo luz. Muito obrigado pelo carinho. Muito obrigado por enriquecer, sobremaneira, a vida pública dos mineiros.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 30, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16/2011, EM 26/4/2011

Às 9h52min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Duílio de Castro e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado João Leite para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas três cédulas de votação e que os Deputados Duílio de Castro e João Leite obtiveram três votos cada um, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A seguir, o Presidente “ad hoc” proclama os eleitos, empossa como Presidente o Deputado Duílio de Castro e passa-lhe a direção dos trabalhos. Ato contínuo, o Deputado Duílio de Castro empossa o Vice-Presidente, Deputado João Leite, e designa relator da matéria ao Deputado Vanderlei Miranda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.

Duílio de Castro, Presidente - Bosco - Vanderlei Miranda.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DE INDICAÇÃO DO NOME DE CAMILLO FRAGA REIS PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/AGÊNCIA RMBH, EM 12/5/2011

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Anselmo José Domingos e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Camillo Fraga Reis, a apreciar a matéria constante e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da Comissão para proceder à arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da indicação de Camillo Fraga Reis para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011.

André Quintão, Presidente - Anselmo José Domingos - Rômulo Veneroso.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/5/2011

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Alaíde Maria Alves e do Sr. Girvany Aparecido de Moraes solicitando a intercessão desta Comissão a fim de que seja designado um Delegado de Polícia para Açucena; do Deputado Carlos Mosconi encaminhando expediente do Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Andradas em que pleiteia



a realização de uma audiência da Comissão nesse Município; e do Sr. Luiz Dutra, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, encaminhando moção de repúdio ao Governador do Estado, aprovada por essa Casa, em razão dos baixos salários dos servidores da segurança pública, em especial dos Delegados de Polícia. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a iluminação da Rodovia MG-050, com as especificações que menciona, no trecho entre o Bairro Açude, em Betim, e a divisa com Juatuba; do Deputado Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que atuaram na diligência que culminou na apreensão de dinamite e na prisão de suspeitos de planejarem a explosão de viadutos na Capital; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais e bombeiros militares, lotados na Patrulha Rural do 42º Batalhão de Polícia Militar e no 2º Pelotão do 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, que atuaram em operação que culminou na apreensão de 1.763,5kg de maconha e na prisão de dois suspeitos em Curvelo; e seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais civis que, sob a coordenação do Delegado Islande Batista, realizaram as investigações que levaram à apresentação do detento Cléverson da Silva Oliveira, que teria ordenado ataques a ônibus em Belo Horizonte e na Região Metropolitana; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Sargento Rodrigues em que solicitam seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências com vistas à designação de um Delegado de Polícia para Açucena; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Carlos Mosconi, João Leite e Sargento Rodrigues em que solicitam seja realizada audiência pública em Andradas para debater a violência nesse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues - Maria Tereza Lara.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/5/2011

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Carlos Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 321/2011 (relator: Deputado Carlos Henrique) e 369/2011 (relatora: Deputada Liza Prado) na forma dos Substitutivos nº 1; 425/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 693 e 694/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa, pela instalação de um Juizado Especial de Relações de Consumo, requerida por esse parlamentar, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins; seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para discutir a situação dos profissionais da área de Fisioterapia, bem como dos Laboratórios de Patologia e Análises Clínicas, diante dos valores pagos pelos planos de saúde pelos procedimentos e pelas consultas realizados por usuários de convênios; e em que solicita seja encaminhado à Federação Brasileira de Bancos - Febraban - pedido de informações sobre o procedimento adotado quanto ao recebimento de cédulas manchadas com tinta derramada por dispositivos instalados em caixas eletrônicos das agências bancárias com o objetivo de inibir furtos e roubos, solicitando, ainda, seja informado se a referida entidade tem orientado as instituições financeiras quanto ao procedimento que deverá ser adotado nesse caso; Délio Malheiros e Adelmo Carneiro Leão em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para discutir a propaganda na mídia em relação às garantias reais que são oferecidas ao consumidor; Antônio Júlio em que solicita reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para se discutir a decisão da Secretaria de Direito Econômico, que ordena as entidades médicas, notadamente a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina e a Federação Nacional dos Médicos a não se manifestarem sobre questões relacionadas com planos de saúde; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a venda de bebidas energéticas no âmbito do Estado de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Duílio de Castro - Antônio Júlio.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/5/2011

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Rogério Correia (substituindo o Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada



Comissão. Está presente, também, o Deputado Fred Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os investimentos feitos pelos governos federal e estadual e pelas Prefeituras dos Municípios de Belo Horizonte e Contagem na recuperação da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 95/2011 (Deputado Duarte Bechir); em turno único, 1.160/2011 (Deputado Célio Moreira) e 1.311/2011 (Deputada Luzia Ferreira). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Wanderlene Ferreira Nacif, Gerente de Monitoramento e Hidrometeorologia do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, representando Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Cleide Isabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Igam; e os Srs. Benerval Alves Laranjeira Filho, Assessor, representando José Cláudio Junqueira Ribeiro, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -; Weber Coutinho, Gerente do Planejamento e Monitoramento Ambiental, representando Nívio Tadeu Lasmar Pereira, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte; Antônio Carlos Pereira, Assessor, representando Marília Aparecida Campos, Prefeita Municipal de Contagem; Osmando Pereira da Silva, Secretário de Administração Regional Municipal Pampulha; Apolo Heringer Lisboa, Coordenador, representando o Sr. Marcus Vinícius Polignano, Coordenador do Projeto Manoelzão; Flávio Marcos Ribeiro de Campos, Presidente da Associação Amigos da Pampulha; e Gilson de Oliveira Wenceslal, Major PM da Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença da Deputada Luzia Ferreira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.048/2011 (relator: Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 583/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Arlen Santiago em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Montes Claros para debater a Mata Seca no Novo Código Florestal Brasileiro, em razão da importância da agricultura na economia e da nova realidade rural brasileira; Rômulo Veneroso em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para realizar estudo sobre o melhor modo de incentivar as empresas produtoras de sacolas plásticas tradicionais a se adaptarem à produção de sacolas oxibiodegradáveis ou biodegradáveis; Délio Malheiros, em que solicita seja realizada visita conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte aos maiores supermercados de Belo Horizonte para verificar o comportamento dos consumidores diante da proibição da distribuição gratuita das sacolas plásticas pelo comércio varejista, bem como o excesso de plástico utilizado nas embalagens dos diversos produtos; e Almir Paraca, Célio Moreira e Sávio Souza Cruz em que solicitam seja realizado debate público conjunto com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Minas e Energia para analisar os termos do Plano Nacional de Mineração, do qual originará o novo código de mineração do País. Em seguida, a Presidência recebe requerimentos dos Deputados Célio Moreira (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação da Serra Azul, no Município de Brumadinho, que vem sofrendo abusos e depredações ambientais perpetradas pela empresa MMX Sudeste, conforme denúncia recebida por esta Comissão da Empresa Emicon Mineração Ltda.; seja encaminhado às Secretarias Regionais de Belo Horizonte pedido de informações sobre o número, a localização e o estado de conservação das nascentes existentes em cada regional, bem como as ações empreendidas para sua proteção e preservação; Délio Malheiros (2) em que solicita seja realizada visita conjunta com a Comissão de Minas e Energia às barragens de rejeitos de finos de minério de ferro, localizadas na região da Serra Azul, para verificar suas condições atuais e os riscos que oferecem ao meio ambiente; seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater a situação em que se encontram as barragens de rejeitos de finos de minério de ferro do Estado, em especial aquelas localizadas na região da Serra Azul, no Quadrilátero Ferrífero, e as consequências que seu rompimento poderia acarretar; Célio Moreira, Celinho do Sinttrocel e Durval Ângelo em que solicitam sejam realizadas visitas à fábrica Novélis e à Barragem de Resíduos de Ouro Preto e reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e de Trabalho, Previdência e Ação Social para averiguar a situação de segurança dos trabalhadores e da população circunvizinha; Duarte Bechir (3) em que solicita seja encaminhado à Presidente da República pedido de providências para estabelecer tratamento diferenciado em favor dos pequenos empreendedores de olaria no projeto do Novo Código da Mineração; seja encaminhado à Superintendência do Departamento Nacional de Produção Mineral em Minas Gerais - DNPM-MG - e ao Ministério de Minas e Energia pedido de providências para a instalação de representação regional do DNPM no Município de Varginha, com estrutura capaz de atender à demanda existente no Município e na região; seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para, em articulação com o DNPM, os Ministérios Públicos estadual e federal, a Secretaria de Trabalho e Emprego e representantes do setor produtivo, promover a regularização das lavras de argila e de olarias situadas no Município de Campo Belo e região; e Fred Costa em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para enviar cópia do estudo de impacto ambiental relativo ao empreendimento da empresa Teuco Realty, no Bairro Santa Lúcia. A Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa, Duarte Bechir e Fred Costa retiram-se da reunião. Registra-se a presença do Deputado Neider Moreira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir - Luzia Ferreira - Gustavo Corrêa - Sávio Souza Cruz.



ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/5/2011

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada, e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os impactos resultantes da atividade da empresa Soeicom nas regiões de Lagoa Santa e Vespasiano, no tocante a possível violação de direitos humanos, em particular no que diz respeito a condições de vida digna. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Adriana Lara, Vereadora da Câmara Municipal de Vespasiano, e Dorinha Alvarenga, arquiteta urbanista e assessora da área urbanista e ambiental da Câmara Municipal de Lagoa Santa; e os Srs. Altair Gomes da Silva, membro do Subcomitê Bacia Hidrográfica Ribeirão da Mata e representante da Associação Comunitária Residencial Visão, Ilmar Bastos Santos, Assessor Especial do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Breno Salomão, Secretário de Planejamento de Lagoa Santa, representando o Sr. Rogério Avelar, Prefeito Municipal de Lagoa Santa, Vereador Joaquim Rufino, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Santa, Bruno Borer, Diretor da Empresa de Cimentos Liz (antiga Soeicom), Marcus Vinicius Polignano, Coordenador-Geral do Projeto Manuelzão e professor da Faculdade de Medicina da UFMG, e Carlos Von Sperling, geólogo, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Délio Malheiros - João Leite.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/5/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e Celinho do Sinttrocel (substituindo o Deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Estão presentes também a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar estudo técnico sobre o programa de desenvolvimento regional "Vale do Aço: uma agenda de desenvolvimento integrado" e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Eurico Bittencourt, Subsecretário, representando a Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais; Deputado Federal Alexandre Silveira de Oliveira, Secretário Extraordinário de Gestão Metropolitana; os Srs. José Osvaldo Lasmar, pesquisador, representando a Sra. Marilena Chaves, Presidente da Fundação João Pinheiro; Getúlio Neiva, Subsecretário da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; José Euler, Prefeito Municipal de Mesquita e Presidente da Associação Microrregional do Vale do Aço; e a Sra. Luiza Sabino Queiroz, assessora da Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Sebastião Costa.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/5/2011

Foi aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 444/2011, do Deputado Célio Moreira, na forma do Substitutivo nº 1.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2011****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação do nome do Sr. Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome do Sr. Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome do Sr. José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome da Sra. Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome do Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome do Sr. Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome do Sr. Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira - Ruralminas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 879/2011, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 1º/6/2011**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 705/2011, da Deputada Ana Maria Resende; e 753/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 1º/6/2011**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 690/2011, do Deputado Arlen Santiago; 817/2011, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n° 987/2011, da Deputada Rosângela Reis.

Requerimentos n°s 700/2011, do Deputado Carlos Henrique; 720, 721 e 722/2011, do Deputado Jayro Lessa; 805/2011, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 666, 922 e 923/2011, do Governador do Estado.

Requerimentos n°s 783/2011, do Deputado Elismar Prado, 800/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 703/2011, do Deputado Doutor Viana; 755/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 764/2011, do Deputado Ivair Nogueira; e 801/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 1º/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 996/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 1º/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 4/2011, do Governador do Estado (sobre emendas); 89 e 321/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 1º/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 802/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 807/2011, do Deputado Neilando Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 1º/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 781 e 799/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 784, 785 e 786/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 1º/6/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, à apreciação de pareceres, requerimentos e indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais; do nome do Sr. Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais; do nome do Sr. José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins; do nome da Sra. Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto; do nome do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; do nome do Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais; do nome do Sr. Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária; e do nome do Sr. Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira ; e à discussão e votação de pareceres de redação final.



Palácio da Inconfidência, 31 de maio de 2011.
Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2011, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a carga tributária federal incidente sobre os serviços de energia elétrica e os diferentes tributos federais cobrados na conta de luz, especialmente o encargo denominado Reserva Global de Reversão - RGR -, com prorrogação prevista até 2035 através de medida provisória editada no final do governo passado e ainda não analisada pelo Congresso Nacional, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.
Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 500/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.047/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, e de se votarem, em turno único, os Requerimentos nºs 566/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, 573/2011, do Deputado Tenente Lúcio, 580/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 627/2011, do Deputado Duarte Bechir, 691 e 692/2011, do Deputado Elismar Prado, 716/2011, do Deputado Carlos Henrique, 736/2011, do Deputado Bruno Siqueira, 741, 742, 743, 744 e 745/2011, do Deputado Elismar Prado, 751 e 752/2011, do Deputado Hélio Gomes, 756/2011, do Deputado Ulysses Gomes, 759/2011, do Deputado Carlin Moura, 760/2011, do Deputado Carlos Henrique, 765/2011, do Deputado Pompílio Canavez, 780/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.
Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; os Deputados André Quintão, Fred Costa, Antônio Lerin, Bosco e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião de audiência pública, com convidados, a ser realizada em 2/6/2011, às 10 horas, na Sala das Comissões, com as finalidades de debater a proposta de criação da Via Albuquerque e o projeto de revitalização e valorização de quatro quarteirões da Rua Antônio de Albuquerque, no Bairro Savassi, em Belo Horizonte, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.
Almir Paraca, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16/2011

Comissão Especial Relatório

Subscrita por mais de um terço dos membros da Assembleia Legislativa e tendo como primeiro signatário o Deputado Romeu Queiroz, a proposição em epígrafe visa a garantir o acesso à informação e à internet.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 8/4/2011, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para, nos termos do art. 201, combinado com o art. 111, I, "a", do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

A proposta em epígrafe confere nova redação ao inciso VII do art. 2º, incluindo entre os objetivos prioritários do Estado o acesso à informação. Adicionalmente, acrescenta § 2º ao art. 227 da Carta mineira, para garantir que o acesso à informação será assegurado, notadamente, por meio da implantação de mecanismos de acesso à internet em todos os Municípios do Estado. Para isso, o atual parágrafo único passaria a vigorar como § 1º.

Assim, a primeira alteração visa a assegurar o direito à informação, e a segunda pretende oferecer os instrumentos pelos quais esse direito poderá ser exercido. Para melhor entendermos o objetivo da alteração, utilizamo-nos dos ensinamentos do constitucionalista



português Jorge Miranda ao lecionar sobre a distinção entre “direitos e garantias”: “os direitos representam por si só certos bens, as garantias destinam-se a assegurar a fruição desses bens; os direitos são principais, as garantias são acessórias; os direitos permitem a realização das pessoas e inserem-se direta e imediatamente, por isso as respectivas esferas jurídicas; as garantias só nelas se projetam pelo nexo que possuem com os direitos (...) os direitos declaram-se, as garantias estabelecem-se” (citado por Vicente Paulo, “Aulas de Direito Constitucional”, 8ª edição, pág.103).

As alterações propostas não tratam, propriamente, de direitos e garantias fundamentais, mas servem para aclarar o objetivo da proposição. Fazendo um paralelo com a doutrina do ilustre constitucionalista português, pode-se dizer que a primeira alteração visa a declarar o direito à informação, e a segunda, a assegurar que esse direito possa ser fruído pelos seus destinatários.

O inciso XIV do art. 5º da Constituição da República assegura a todos o acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. A esse respeito, ensina José Afonso da Silva que a palavra “informação” “designa ‘o conjunto de condições e modalidades de difusão para o público (ou colocada à disposição do público) sob formas apropriadas, de notícias ou elementos de conhecimento, ideias ou opiniões’; [citando Albino Greco, José Afonso da Silva aduz ainda que] por informação se entende ‘o conhecimento de fatos, de acontecimentos, de situações de interesse geral e particular que implica, do ponto de vista jurídico, duas direções: a do direito de informar e a do direito de ser informado’. O mesmo é dizer que a liberdade de informação compreende a liberdade de informar e a liberdade de ser informado. A primeira – observa Albino Greco – coincide com a liberdade de manifestação do pensamento pela palavra, por escrito ou por qualquer outro meio de difusão; a segunda indica o interesse sempre crescente da coletividade para que tanto os indivíduos como a comunidade estejam informados para o exercício das liberdades públicas.

Nesse sentido, a liberdade de informação compreende a procura, o acesso, o recebimento e a difusão de informações e ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada qual pelos abusos que cometer” (José Afonso da Silva, “Comentário Contextual à Constituição”, 6ª edição, pág. 109).

A nosso ver, é nesse contexto que se insere a proposição em análise. Explicamos: busca-se, por meio dela, conferir maior densidade aos preceitos constitucionais citados que versam sobre a liberdade de informação, pressuposto básico para que as pessoas formem suas convicções e possam exercer plenamente os atributos inerentes à cidadania. Em resumo, a finalidade específica da proposição é promover a inclusão.

Nessa linha argumentativa, a proposição em análise está em consonância com os preceitos constitucionais vigentes e, por isso, não vemos óbice à sua tramitação na Casa. Entretanto, um reparo, apenas, deve ser realizado. Faz-se necessário suprimir o art. 2º da proposição, que dispõe sobre os mecanismos a serem utilizados para assegurar o acesso à informação, por se tratar de matéria que não deve ser disciplinada no texto constitucional. Nos termos da proposição, o acesso à informação será assegurado, entre outras medidas, por meio de mecanismos de acesso livre à internet, em todos os Municípios do Estado, na forma da lei.

As Constituições rígidas preveem um processo mais solene e dificultoso para a alteração do seu texto que o estabelecido para a legislação ordinária em função da necessidade de se garantir mais estabilidade ao Texto Constitucional. Assim, constitui medida inadequada tratar, no Texto Constitucional, de disposições tão específicas cuja evolução ocorre com velocidade incompatível com a característica da perenidade inerente a todo texto normativo.

Poder-se-ia dizer que a medida proposta – e que ora se pretende excluir – é típica de programa administrativo, instituído comumente por meio de outro instrumento normativo: o decreto. Desse modo, faz-se necessário apresentar a Emenda nº 1.

Por fim, a Emenda nº 2 tem a finalidade de acrescentar parágrafo ao art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT –, segundo o qual o militar na ativa e o servidor estadual poderão optar pelo sistema de adicional de desempenho – ADE – a que se refere o art. 31 da Carta mineira. O vigente parágrafo único, com redação conferida pela Emenda à Constituição nº 84, de 2010, por sua vez, estabelece:

“Fica mantido o direito aos adicionais por tempo de serviço do servidor que, na data de publicação da Emenda à Constituição nº 57, de 15 de julho de 2003, fosse detentor, exclusivamente, de cargo de provimento em comissão, declarado de livre nomeação e exoneração, quando exonerado e provido em outro cargo de mesma natureza”.

Essa disposição foi inserida no texto constitucional pela Emenda à Constituição nº 57, de 15/7/2003, com uma ressalva: o ato de nomeação (no outro cargo de mesma natureza) deveria ocorrer em até 90 dias após a exoneração do servidor do seu cargo anterior. Em 2009, esse prazo foi ampliado, de 90 dias para 5 anos, por meio da Emenda à Constituição nº 81, de 2009. Conforme se viu, a redação vigente não faz menção a nenhum prazo.

Ocorre que, mesmo com as sucessivas alterações no referido dispositivo, alguns servidores que também fazem jus ao direito em questão estão à margem de sua hipótese de incidência. Dessa maneira, é necessário inserir disposição específica no Texto Constitucional a fim de estabelecer a data da publicação da Emenda à Constituição nº 57 – 15/7/2003 – como momento do início de produção de efeitos de medida. Essa inserção tem a finalidade de abranger, também, esses servidores e impedir que o Estado dê tratamento distinto a servidores que se encontram em situação jurídica semelhante.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011 com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir redigidas.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 2º.

**EMENDA Nº 2**

Acrescente-se onde convier:

Art. ... – Fica acrescentado ao art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte § 2º, passando o parágrafo único a vigorar como § 1º.

“Art. 115 – (...)

§ 2º – O disposto no § 1º produzirá efeitos a partir de 15 de julho de 2003.”.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.

Duilio de Castro, Presidente - Vanderlei Miranda, relator - Bosco.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 355/2011**Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte
Relatório**

De autoria do Deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe “fixa prazo para que as operadoras de TV a cabo efetuem a interrupção do serviço quando solicitada pelo usuário”.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe cuida de fixar prazo para que as operadoras de TV a cabo efetuem a interrupção do serviço quando solicitada pelo usuário. Determina o prazo máximo de sete dias, contados do pedido feito pelo cliente, para que a operadora suspenda a prestação do serviço, não sendo permitida a cobrança referente aos dias que excederem tal prazo. O que se pretende com a medida é a instituição de uma obrigação para as concessionárias dos serviços de TV a cabo, visando a proteger os usuários de eventuais abusos cometidos por operadoras, que, mesmo após a solicitação de cancelamento, prolongam a prestação do serviço e, a pretexto disso, continuam cobrando a mensalidade. O descumprimento do disposto na lei sujeita a operadora de TV a cabo às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

De acordo com a justificativa que acompanha o projeto, pretende-se “regular a relação de consumo entre as prestadoras dos serviços de TV a cabo e seus usuários, que vem se tornando desarmônica em virtude da ausência de prazo estabelecido para que aquelas interrompam a prestação de serviço quando solicitado pelo usuário”. Ainda conforme a informação prestada na citada justificativa, a falta, no Estado, “de um prazo para que o serviço seja interrompido vem acarretando a demora por parte das operadoras no desligamento do serviço e a conseqüente cobrança pelo período de atraso”.

Vale destacar que a proposição em tela foi apreciada na Comissão de Constituição e Justiça quando do trâmite dos Projetos de Lei nºs 1.768/2004 e 615/2007, tendo sido este último arquivado em virtude do término da legislatura.

Na análise da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça considerou que a União, com base em sua competência constitucional para legislar sobre telecomunicações, editou a Lei nº 9.472, de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações bem como sobre a criação do órgão regulador, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Editou também a Lei nº 8.977, de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo, estabelece os objetivos, as definições e as competências para tratar da matéria, as regras sobre a instalação e a operação dos serviços e sobre os direitos e os deveres do concessionário e do usuário, entre outros temas. A Comissão avaliou que, relativamente aos direitos dos usuários, tais leis não tratam a matéria com profundidade, estabelecendo apenas normas técnicas atinentes à prestação dos serviços, e concluiu que não há lei federal que regulamente prazos e condições para o cancelamento dos serviços. Entendeu também que a falta dessa previsão se deve justamente ao fato de tal norma estar muito mais ligada ao Direito do Consumidor do que à disciplina dos serviços de telecomunicações.

Esta Comissão entende que, de fato, o consumidor tem que ser amparado por uma lei que regulamente as operadoras de TV a cabo em atividade no Estado, para que não continuem ocorrendo tais abusos.

Não podemos esquecer que o princípio da eficiência, consagrado no art. 37 da Constituição Federal, deve ser observado não só na prestação de serviços públicos, como também no trato com o consumidor. Afinal, as operadoras de TV a cabo prestam um serviço público regulado pelo Estado.

Ressalte-se, por fim, que outros Estados da Federação, a exemplo do Rio de Janeiro, propuseram projeto de lei com conteúdo semelhante ao do projeto em estudo.

Assim, consideramos que a proposição vem atender ao interesse do consumidor e merece ser aprovada, a fim de equilibrar a relação entre usuários e concessionárias e de garantir a eficiência dos serviços por elas prestados.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 355/2011, no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio, relator - Liza Prado - Duilio de Castro.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.065/2011****Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte****Relatório**

O projeto em análise, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.838/2008, “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes ou placas em instituições financeiras e outros estabelecimentos que operam com financiamentos com informações sobre a Lei Federal nº 8.078, de 1990, e dá outras providências”.

Remetida a proposição à Comissão de Constituição e Justiça, para análise preliminar, esta concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Em cumprimento do disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 1.406/2011, por dispôr sobre matéria similar, a saber, a fixação de cartazes e placas que informam os consumidores sobre desconto na antecipação de pagamento de dívidas.

Vem agora a matéria a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição tem o propósito de obrigar as instituições financeiras que operem com financiamento, crédito, empréstimos e operações afins a afixar cartazes que contenham avisos informando que a Lei Federal nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor – CDC –, assegura ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcial, mediante a redução proporcional de juros e demais acréscimos. Determina também que esses cartazes deverão ter dimensões suficientes e adequadas para a leitura e serão afixados em locais de fácil visualização pelo consumidor, ficando a cargo dos órgãos de defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento da lei.

A Comissão de Constituição e Justiça informou que não há óbices à iniciativa legislativa e que o projeto assegura ao contribuinte o direito constitucional à informação. Para adequar aspectos de natureza técnico-legislativa passíveis de retificação, apresentou o Substitutivo nº 1.

Cabe esclarecer que esse substitutivo contempla o propósito que norteou a apresentação do projeto de lei que foi anexado à proposição ora em análise, mediante a incorporação de dispositivos considerados pertinentes à vista de princípios jurídicos e constitucionais.

No que tange ao mérito do projeto, cumpre informar que este guarda relação direta com o art. 52 do CDC. Esse preceito legal assegura ampla divulgação da liquidação antecipada do débito ao consumidor, seja esta total, seja parcial, mediante redução proporcional de juros e demais acréscimos.

A informação deve ser dada ao consumidor previamente à celebração dos negócios financeiros e creditícios, ou seja, além de ser adequada, a informação deve ser prévia. O objetivo é propiciar ao consumidor a opção firme quanto à contratação à vista ou por crédito ou financiamento. Conhecendo as bases contratuais do negócio, o consumidor pode optar pelo que lhe é mais vantajoso.

A liquidação antecipada do débito financiado é uma das mais importantes conquistas do consumidor propiciadas pelo CDC, com devolução ou redução proporcional dos juros e dos demais encargos. Cláusula contratual que preveja renúncia do consumidor à restituição ou diminuição proporcional dos juros e dos demais encargos. Cláusula contratual que preveja renúncia do consumidor à restituição ou diminuição proporcional dos juros e encargos previstos é abusiva, sendo considerada nula de pleno direito, não obrigando o consumidor a seu cumprimento. Não assegurar esse direito ao consumidor dá a este o direito de ser ressarcido por perdas e danos, patrimoniais e morais.

O descumprimento do disposto no projeto sujeita o infrator às penas previstas nos arts. 56 a 59 do CDC, que tratam das modalidades de sanções administrativas e da graduação da aplicação de multa. A remissão às penalidades, previstas no Substitutivo nº 1, mostra-se oportuna, uma vez que uniformiza os procedimentos adotados pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Dessa forma, o projeto ora apresentado na forma do Substitutivo nº 1 suplementa a proteção emanada pelo CDC. Esta Comissão entende, além disso, que as medidas sugeridas pela proposição em tela são carregadas de relevante significado social, razão pela qual o projeto deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei no 1.065/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo no 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Antônio Júlio - Duílio de Castro - Liza Prado.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 25/5/2011**

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, estivemos, hoje pela manhã, reunidos com as entidades de classe dos policiais militares e dos bombeiros militares, juntamente com o Secretário de Defesa Social, Deputado Lafayette de Andrada, e com a Secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena.



Iniciamos, Sr. Presidente, a nossa mobilização salarial há cerca de três meses. Fizemos uma assembleia de policiais no Clube dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. A primeira delas ocorreu no dia 13 de abril. Nessa assembleia, contamos com a presença de praticamente 8 mil policiais e bombeiros militares, que, sem muito esforço, sem muita, diria, cobrança das lideranças, foram espontaneamente participar da mobilização e registrar insatisfação com os salários pagos aos servidores da segurança pública aqui em Minas Gerais.

No dia 11 de maio fizemos a segunda assembleia também no Clube dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sediado na Rua Diabase, no Prado. Durante essa segunda assembleia, uma passeata foi realizada de forma ordeira, pacífica e cívica, com a presença de 12 mil participantes. Percorremos as ruas do Prado, depois a Avenida Augusto de Lima. Passamos pela Praça Raul Soares e demos um abraço simbólico na Praça Sete, no pirulito da Praça Sete, que é o Centro de Belo Horizonte.

Fizemos duas mobilizações, duas passeatas, Sr. Presidente. De forma muito tranquila e ordeira, buscamos avisar o governo da insatisfação pelos baixos salários pagos aos policiais militares, aos bombeiros, aos policiais civis e aos Agentes Penitenciários.

Após as duas manifestações, reunimo-nos pela primeira vez, em 5 de maio, com a Secretária Renata Vilhena e o Secretário de Defesa Social, Lafayette de Andrada. Na primeira reunião, entregamos a proposta de piso salarial de R\$4.000,00, hoje pleiteado pela categoria. No momento em que entregamos a proposta contendo o piso, reafirmamos o nosso compromisso de defendê-la, e a Secretária e o Secretário determinaram e agendaram conosco a data de hoje para termos um novo encontro, para o governo nos repassar as informações relativas à questão salarial dos servidores da segurança pública.

Após uma hora e meia de reunião, saímos frustrados. Esse foi o sentimento de policiais e bombeiros militares, e especialmente deste Deputado e das demais entidades de classe, uma vez que o governo, por intermédio dos dois Secretários, limitou-se apenas a informar a essas lideranças o impacto financeiro que a proposta causaria. Esperávamos que o encontro fosse mais propositivo e que a resposta fosse mais concreta. Nesse sentido não houve aceno.

Na prática, poderíamos dizer que saímos extremamente frustrados, mas essa frustração tem um sentido contrário em relação ao governo. As notas oficiais das entidades de classe e deste Deputado já se encontram nos nossos “sites”, e o sentimento de revolta é pior. Maior ainda em relação à falta do anúncio. Está marcada para 8 de junho uma nova assembleia. Companheiro Deputado Luiz Carlos Miranda, V. Exa., que por tantas vezes, por dezenas de vezes, por centenas de vezes liderou os sindicatos de trabalhadores na região do Vale do Aço, sabe perfeitamente o que é capaz de fazer uma categoria quando está frustrada.

Sr. Presidente, ao fazer este pronunciamento, quero alertar o governo do Estado mais uma vez de que em 8 de junho, às 14 horas, realizaremos uma última e grande assembleia geral. Nela decidiremos e deliberaremos por uma paralisação. Concomitantemente, Deputado Luiz Carlos Miranda, a Polícia Civil já marcou também sua assembleia para o dia 8, e sabemos que o encontro dessas duas manifestações em Belo Horizonte é como nitroglicerina pura. Estamos tentando, desta tribuna, adiantar para o governo que realmente antecipe o anúncio que estamos aguardando, já que durante o encontro a Secretária Renata Vilhena e o Secretário Lafayette de Andrada disseram que o governo anunciará o índice de reajuste e uma política salarial para a área de segurança pública até, no máximo, dia 8. Talvez não tenhamos tempo para avisar e contornar aquilo que estamos esperando em 8 de junho.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, em primeiro lugar quero parabenizá-lo por sua atitude sempre firme na defesa da PMMG. Não é à toa que V. Exa. a representa já no seu quarto mandato consecutivo e se consolida como grande líder nessa categoria. V. Exa. tem, portanto, o direito, assim como o dever, de ocupar a tribuna e anunciar ao governo aquilo que vem acontecendo, na busca de uma solução menos traumática para as reivindicações tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar.

Nós do Bloco Minas sem Censura estamos solidários não apenas a V. Exa., mas também às Polícias Civil e Militar. Já estive, inclusive, na assembleia que realizaram em frente à Assembleia Legislativa e gostaria de reiterar o nosso apoio às manifestações e reivindicações que a Polícia Militar tem feito para conquistar o piso salarial. Digo isso também porque acompanho a manifestação dos outros setores do serviço público civil, como a educação e a saúde. Há uma insatisfação, Deputado Sargento Rodrigues, generalizada.

O governo do Estado passou oito anos, na gestão do Sr. Aécio Neves, hoje Senador, anunciando que havia em Minas o déficit zero, que a situação de Minas era tranquila para agora anunciar que tem um déficit de R\$67.000.000.000,00. O déficit zero só serviu para propaganda eleitoral. Agora anunciam isso para tentar, Deputado Sargento Rodrigues, minimizar os efeitos das reivindicações dos servidores públicos, que também não aguentam o choque de gestão, que é irmão gêmeo desse tal déficit zero. O choque de gestão atingiu os servidores em cheio. Eles agora estão sentindo isso. Uma professora está ganhando R\$369,00 de salário-base, e o governo ainda não disse se vai pagar ou não os R\$1.200,00 que o Supremo Tribunal Federal mandou pagar.

O governo agora quer criar uma cortina de fumaça. Anunciou a dívida de R\$67.000.000.000,00, contradizendo o que a Secretária de Planejamento veio fazer aqui na Assembleia Legislativa: dar um “show” de uma hora e meia, falando de déficit zero e choque de gestão. Mas nessa ocasião ela disse algo que não esqueço. E é bom que os policiais, os professores, os médicos, enfim, os servidores públicos não se esqueçam também. A Secretária afirmou que havia diminuído de 48% para 37% o custeio com os servidores públicos, portanto o gasto está muito longe, Deputado Sargento Rodrigues, daquilo que é o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, o governo agora não pode simplesmente fazer uma cortina de fumaça, vir aqui o Senador Aécio Neves, fazer “mea culpa”, dizer que Minas está devendo R\$67.000.000.000,00, para tentar fazer com que o servidor público não reivindique seus direitos e não os obtenha. V. Exa. tem toda a minha solidariedade, porque a farsa montada por Aécio e Anastasia não pode continuar no serviço público de Minas.

Meus parabéns pela coragem de V. Exa. de trazer esse tema e de enfrentar esse problema.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço a V. Exa. e reitero a preocupação que este parlamentar tem com relação ao assunto. Apenas estou aqui dividindo um pouco da responsabilidade com os senhores parlamentares, porque é esta Casa que certamente votará projeto de lei tratando do reajuste salarial. É esta Casa que sempre foi a chamada caixa de ressonância, e é nas portas desta Casa que os policiais baterão para saber qual é a posição de cada Deputado com relação à política salarial na área de segurança pública.



Quero dizer aos nossos telespectadores que, hoje, a Polícia Militar de Minas, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar não gozam de vários direitos que, inclusive, outras categorias do serviço gozam. Estou vindo adentrar ao Plenário o Deputado Duarte Bechir. Gostaria de lembrar-lhe que policial militar e bombeiro militar não têm carga horária definida em lei. São os únicos trabalhadores do Estado que não têm carga horária definida em lei. A carga horária é a que o Comandante determinar. Há uma proposta de emenda constitucional, cujo relator é o Deputado Duarte Bechir, a quem estamos solicitando que dê celeridade pelo menos ao debate da proposta. Não ganhamos hora extra, porque não temos sequer carga horária. Não recebemos adicional de periculosidade. Votamos, no ano passado, esse adicional para os Oficiais de Justiça do nosso Estado. Já recebem esse adicional. Pasmem, senhoras e senhores. Já tivemos 148 mortes de servidores da área de segurança pública, por criminosos, nos últimos oito anos. Não existe profissional na face da Terra que tem um preço tão alto como os da área de segurança pública. É bom que isso fique registrado. Não temos direito a adicional noturno.

Deputado Elismar Prado, venho a esta tribuna para dividir essa preocupação. No dia 8 não teremos 12 mil policiais, mas estão fazendo conta de 30 mil policiais e bombeiros militares no Clube dos Oficiais, onde se deliberará por uma aceitação do índice que será anunciado pelo Governador ou por uma greve geral no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, agradeço o aparte e aproveito para parabenizá-lo pela defesa combativa dos policiais e dizer que me solidarizo com essa luta tanto dos policiais militares como dos Agentes Socioeducativos e Penitenciários, dos bombeiros e dos policiais civis.

Como V. Exa. muito bem disse e para reforçar o argumento, o adicional de periculosidade, que já é pago por vários Estados, está previsto na Constituição do Estado de Minas Gerais. O governo, para debelar vários movimentos de greve anteriores, prometeu que iria cumprir a Constituição e pagar o adicional. Se a função de policial não é considerada perigosa, nenhuma pode ser.

Estamos solidários nessa luta. Gostaria de dizer que realmente é importante fazer a defesa dos policiais militares e civis no que diz respeito ao piso, que é muito justo. V. Exa. esteve até mesmo na cidade de Uberlândia e viu que, além de a remuneração ser uma vergonha, uma das piores do Brasil, as condições de trabalho são péssimas. Tivemos, na 16ª Delegacia, uma nova reunião. Dessa vez, solicitamos a intervenção do Corpo de Bombeiros, do Crea e da Vigilância Sanitária para demolir o prédio e dar condições dignas de trabalho aos policiais civis de Minas. A Deputada Liza Prado, autora do requerimento, também esteve presente. Na ocasião, os policiais e o Sindipol também compareceram para reivindicar no âmbito da campanha salarial.

Parabenizo V. Exa. pela defesa. Juntos estaremos nesse processo muito legítimo, na luta por dignidade e melhores condições de trabalho, de vida e de renda para todos os agentes da força de segurança no Estado de Minas Gerais. Parabéns, Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, para cientificar cada parlamentar desta Casa, gostaria de dizer que hoje os salários das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar é o 16º no "ranking" das Polícias Cíveis e Militares do Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o que se está cobrando do governo é algo já previsto na Constituição da República, ou seja, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. É isso, Deputado Luiz Carlos Miranda: piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, ou seja, atividade de risco, atividade ininterrupta, diuturnamente, 24 horas. Não é possível que nos Estados da Paraíba e em outros do Nordeste se ganhe mais que no de Minas Gerais. É um absurdo.

Deixamos essa preocupação para ser dividida com os senhores. No dia 8, 30 mil policiais e bombeiros militares farão uma assembleia geral e deliberarão sobre o assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Ilustre Presidente Deputado Dinis Pinheiro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa e telespectadores da TV Assembleia, quero também fazer registro da nossa solidariedade com todos os trabalhadores das Polícias Militar e Civil de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros nesse importante movimento de defesa por melhores condições de trabalho e salário. Hoje a categoria dos policiais militares e civis e dos bombeiros tinha expectativa de receber um indicativo ou uma orientação do governo sinalizando o acolhimento da pauta legítima desses servidores. Infelizmente, não obtiveram nenhum resultado, pois a notícia foi prorrogada para o dia 6 de junho, quando, novamente, a categoria se reunirá com o governo do Estado. A assembleia foi marcada para o dia 8 de junho. Esperamos que o governo do Estado atenda urgentemente esse pleito, por entender que as forças de segurança de Minas Gerais precisam ter melhores condições de atendimento e de trabalho. Sr. Presidente, venho aqui hoje para fazer especialmente um registro que considero extremamente positivo. Na realidade, é o que podemos chamar de convergência de governança. A convergência de governança trata do quê? No último sábado, dia 21 de maio, tive oportunidade de acompanhar, juntamente com o ilustre Deputado Durval Ângelo, a nossa Prefeita de Contagem Marília Campos e o nosso Governador do Estado Antonio Augusto Anastasia à comunidade de Nova Contagem, uma das mais importantes regiões do nosso Município. Fomos fazer justiça à população dessa região, e aqueles moradores esperam por ela há aproximadamente 30 anos. A Prefeita Marília Campos foi entregar o título de propriedade, ou seja, o registro de imóveis dos lotes e das construções àquelas famílias que moram na região de Nova Contagem há 20, 25 e 27 anos. Será oficializado o título de propriedade de 3.400 famílias, atingindo quase 13 mil famílias na região de Nova Contagem, o primeiro lote de mil títulos de propriedade, registro de imóveis foi entregue no último sábado. Quanto aos outros 2.400, a previsão é até julho deste ano.

Isso só foi possível, Sr. Presidente, porque houve uma convergência de governos, tanto do governo federal quanto do governo estadual, especialmente do governo da Prefeita Marília Campos. É importante esclarecer que a região de Nova Contagem vivia uma situação "sui generis" e foi criada em 1984, quando construíram a Penitenciária Nelson Hungria. Aquela área de 1.500.000m² pertencia à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais - Codeurb. Portanto, um terreno pertencente ao governo do Estado. Por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o governo do Estado, na pessoa do Sr. Antonio Augusto Anastasia, esse terreno foi doado, em 2007, para a Prefeitura de Contagem. Isso possibilitou a regularização fundiária desses terrenos e imóveis. Esse é um acontecimento importante, pois aqueles que já eram donos de fato agora passam a ser donos de direito desses imóveis e dessas propriedades. Isso faz uma diferença crucial na vida das pessoas, pois, a partir do momento em que se tornam



proprietárias de direito dos seus imóveis, podem contrair empréstimos, financiar junto à CEF e ao Banco do Brasil a reforma dos seus imóveis e dar seus imóveis em garantia. Além disso, trará também um potencial de desenvolvimento econômico bastante grande para o Distrito de Nova Contagem, pois as indústrias, as empresas, os supermercados e o comércio poderão também instalar-se, de forma eficaz e eficiente, numa das regiões mais populosas da nossa cidade de Contagem.

Digo também que isso foi possível porque houve o compromisso político da Prefeita Marília Campos de resolver um problema que se arrasta há aproximadamente 30 anos. É importante registrar que ficou estampado na fisionomia e no rosto das pessoas, das donas de casa e dos trabalhadores que compareceram àquela bonita solenidade que estavam cansados de serem enganados durante anos e anos. Sr. Presidente, as pessoas diziam que, em vários pleitos eleitorais, quando se aproximava o período de eleição, surgia alguém com uma escritura falsa. Deputado Pompílio Canavez, surgiam entregando escritura falsa em período eleitoral e enganando a boa-fé da população. A Prefeita Marília Campos deu um basta nisso. Deputado Pompílio Canavez, isso só foi possível ser feito porque houve convergência de governos. Todos ali exerceram o seu papel. Felicito aqui, publicamente, o Governador Antonio Anastasia, que teve a compreensão de doar o terreno, e a Prefeita Marília Campos, que conseguiu pôr fim a essa demanda. Agora Nova Contagem poderá avançar ainda mais. Aliás, a Prefeita falava sobre a situação inusitada que ocorria. Não foi possível construir, dentro do Município de Nova Contagem, uma Unidade de Pronto Atendimento porque não havia como legalizar tal unidade. Assim, a unidade foi construída no bairro vizinho, no Retiro, porque o imóvel não era regularizado. Isso foi possível ser feito, e a comunidade de Nova Contagem passará por um processo ainda maior de desenvolvimento. É importante registrar que há obras importantes lá, realizadas pelo governo federal, por parte do PAC, com canalização dos córregos, com construção de avenidas sanitárias. A partir de agora, haveremos, sim, de ter um grande processo de crescimento daquela região, que, como já disse, uma região muito importante para o nosso Município.

Quero também dizer que ainda há muito a ser feito em Nova Contagem. Há ainda uma demanda muito grande no que diz respeito ao tratamento do esgoto sanitário. O Distrito de Nova Contagem convive, até hoje, Deputado Rogério Correia, correndo a céu aberto, com o esgoto produzido na Penitenciária Nelson Hungria. São 5 mil detentos dentro da penitenciária, e o esgoto é todo jogado “in natura” nas ruas dos bairros de Nova Contagem sem nenhum tratamento. Há um compromisso da empresa Copasa para que, até junho deste ano, todo esse esgoto seja canalizado e encaminhado para a estação de tratamento de esgoto de Nova Contagem. Durante um encontro que houve no sábado, a população mencionou sua preocupação porque não estão vendo obras da Copasa em andamento. A população não está percebendo que a Copasa está fazendo o que foi prometido. Estamos aguardando, não tenho elementos para dizer se as obras estão sendo feitas ou não, mas parto do princípio da boa-fé e quero acreditar que a empresa Copasa dará conta de atender a demanda, da promessa e do compromisso que assumiu com a comunidade de Nova Contagem, para assim o tratamento e coleta do esgoto sejam feitos, até o mais tardar no mês de junho, conforme comprometido pela empresa ainda no final do ano passado. Deixo aqui o nosso registro. Estamos muito satisfeitos com tal avanço, com a convergência de governança que ocorreu em Nova Contagem, fruto da união dos três governos, federal, estadual e a Prefeitura Municipal de Contagem.

Quero também, Sr. Presidente, neste momento, neste pouco tempo que me resta, manifestar que houve, na segunda-feira, a abertura da Semana da Indústria, promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Contagem, por meio do Secretário Leonardo Antunes, que vem desenvolvendo um brilhante trabalho à frente da Secretaria de Desenvolvimento. Lá tivemos oportunidade de ouvir duas importantes palestras: a da Sra. Dorothea Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, e a do Sr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica - Ipea. Entre os pontos apresentados, alguns nos preocuparam. Primeiro, mostrando a importância que o Brasil tem hoje no desenvolvimento do seu mercado interno como alavanca para o grande crescimento econômico que o Brasil vive hoje. Mas também ficou aventado, nas entrelinhas, que estamos vivendo uma certa encruzilhada histórica do ponto de vista do crescimento econômico de Minas Gerais. Parece-me que, está havendo um movimento do polo industrial mais desenvolvido do País, São Paulo. Trata-se de um polo produtor de mercadorias, com tecnologia avançada, que hoje produz mercadorias para o grande mercado interno. O mercado interno que mais se expandiu nos últimos oito anos foi o do Norte e do Nordeste. Estamos percebendo que Minas Gerais se transformou simplesmente numa rota de passagem entre o polo industrial de São Paulo e o polo consumidor do Norte e do Nordeste. Minas Gerais está vivendo o período de um certo processo de desindustrialização. E isso tem nos preocupado, Sr. Presidente. Deve ser uma preocupação maior desta Casa.

Há um tempo, nesta Assembleia Legislativa, tivemos a honra de ouvir uma palestra do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, o nosso contagense Olavo Machado Júnior, que já nos alertava para alguns pontos que consideramos fundamentais. Ele dizia que, nos próximos 20 anos, o mundo e o Brasil crescerão, e que Minas não está preparada para disputar mercados. Faltam investimentos em inovação, infraestrutura, logística, capacitação e formação profissional e política estadual de crédito. Isso gera perda de competitividade e consolida nossa dependência da exportação de “commodities”. Minas se especializou apenas na produção e na exportação de minério e produtos agrícolas.

Olavo Machado dizia também que a produtividade da nossa indústria está 5% abaixo da média da brasileira e 20% abaixo da paulista; é inferior à média nacional em 69 setores, e, em 25 destes, essa menor produtividade ainda manifesta comportamento de queda, nos últimos 10 anos. O Valor de Transformação Industrial - VTI - mineiro é 20% inferior à média nacional e 40% menor em relação a São Paulo. As gigantes estatais mineiras - Cemig, Copasa, Codemig - fizeram compras mínimas ou insignificantes de fornecedores mineiros. A carga tributária estadual é excessiva e concentrada.

Sr. Presidente, em tempo recente, a revista “Mercado Comum” nº 216 publicou uma brilhante matéria sobre os números da economia mundial, das economias brasileira e mineira. O artigo foi elaborado de forma minuciosa, ampla, com análises qualificadas e com opiniões de lideranças empresariais e políticas. Analisando informações disponibilizadas por órgãos federais, pesquisas da Fundação João Pinheiro, que é uma fundação do governo de Minas Gerais de grande qualidade, pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais - Cedeplar -, e por fontes do meio empresarial, a revista mostra um quadro preocupante na economia mineira. Ela aponta para uma “reprimarização” da indústria mineira. Minas apresenta enorme e crescente disparidade quando se enfoca a nossa pauta de exportação, e ali decresce o peso de produtos com valor agregado, na relação com os produtos primários - minério e agrícolas. Ou seja, a desindustrialização mineira tem como resultante a chamada “reprimarização”. Mesmo o



PIB de 19,9% em 2010, festejado como prova do dinamismo da economia regional, tem explicações simples e diretas: a demanda por minério de ferro pela China. Não fosse esse fator externo, nada poderia ser motivo de tanta alegria.

O próprio Presidente da Fiemg anda preocupado com esse quadro, disse quando aqui esteve: “Sempre me preocupei com avaliações feitas por média, uma vez que não revelam toda a verdade dos fatos, inclusive suas distorções. Cada vez mais devemos nos conscientizar de que são a microeconomia e a economia local que nos dão a exata dimensão do que ocorre”.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar registrado, nesta semana em que se comemora a Semana da Indústria, a importância de o Parlamento mineiro discutir as questões fundamentais para o crescimento da economia mineira e para o desenvolvimento de nosso parque industrial. Não podemos continuar a perder mercado para São Paulo, transformando-nos em uma rota de passagem de São Paulo para o Nordeste do Brasil.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, pessoas que nos assistem neste momento, boa tarde. Embora tenhamos escutado hoje muitos discursos a respeito de dívidas, para lá e para cá - e vale a pena destacar que a dívida pública brasileira vai bater o recorde estrondoso de R\$2.000.000.000.000,00, o que é de assustar -, acho que estamos precisando também fazer algumas orações para que a Presidente Dilma consiga ter um pouco de calma para governar o País, pois alguns membros de sua equipe de governo estão-lhe trazendo transtornos evidenciados pela imprensa. Além de Minas Gerais estar em uma situação desconfortável em relação aos investimentos do governo brasileiro - aliás, vários Deputados já devem ter recebido propostas do Senador Clésio Andrade, alertando-nos de que Minas Gerais precisa receber mais carinho e atenção, somando-se à voz do Senador Aécio Neves -, volto a dizer que alguns membros da equipe da Presidente Dilma realmente precisam ter mais cuidado e cautela com as decisões tomadas.

Assim, Sr. Presidente, quero registrar meu apoio a matéria da jornalista Lya Luft, publicada na revista “Veja” do dia 25 de maio deste ano. Para tanto, vou tomar um pouquinho a paciência dos senhores e ler, na íntegra, Deputado Luiz Humberto, o artigo. (- Lê:)

“Chancela para a ignorância. Esse título me foi dado por Alexandre Garcia, no programa ‘Bom Dia, Brasil’, da Rede Globo: ele certamente não se importará com esse pequeno ‘furto’ de seu talento. Referia-se ao tema que, mais do que me preocupar, me causa escândalo e assombro. Um livro didático aprovado”, caro Deputado Vanderlei Miranda, “pelo Ministério da Educação e incluído entre os livros comprados pelo Programa Nacional do Livro Didático, que consagra muitas obras didáticas no País, promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar. O livro e a ideia que o fundamenta começam a merecer críticas de entidades como a Academia Brasileira de Letras e de centenas de estudiosos. Eu o vejo como o coroamento do descaso, da omissão, da ignorância quanto à língua e de algum laivo ideológico torto, que não consigo entender bem”. Laivo significa mancha, mácula. “Pois uma das ideias seria não submeter os alunos menos informados - isto é, os que devem aprender, como todos nós - a nenhum ‘preconceito’ porque falam e escrevem errado. Portanto, nada de ensinar nada a ninguém, ou ele se sentirá humilhado em vez de estimulado a melhorar. O mais indicado seria poupar o dinheiro e fechar as escolas. Se devemos permanecer como somos, a escola será supérflua. Essa minha dedução não é maldosa nem ficcional: é apenas natural.

Educar é ajudar a crescer. A educação se divide em duas grandes salas ligadas por muitas portas. Uma das salas se chama formação; a outra, informação. A formação ajuda o indivíduo de qualquer idade a moldar seu caráter e sua visão de mundo, a se desenvolver como ser humano. A cultivar valores; a observar e buscar entender e respeitar o mundo e a natureza, o outro e a si mesmo; a construir o seu lugar na terra, por mais simples que ele seja. A discernir entre certo e errado, bom e mau, e a curtir o belo e o bom que devem ser buscados, dentro das condições de cada um; a dar um sentido a sua vida, seu trabalho, seu convívio. A colaborar com esse aperfeiçoamento pessoal para que sua família, a comunidade, o País se tornem um pouco melhores.

A outra sala do complexo educação é a informação. É onde adquirimos conhecimentos sobre ciências, arte, história, geografia, matemática, idiomas estrangeiros e, em primeiro lugar, aprendemos a usar melhor nosso próprio idioma, pois esse é o nosso melhor cartão de visita, nossa apresentação, e o que nos distingue como mais ou menos preparados.

É natural usarmos roupas e modos diferentes quando estamos em ambientes diversos, com a turma na escola ou na balada, buscando emprego numa entrevista ou pedindo um empréstimo num banco. Não vamos de cueca ao cinema, não entramos de camisola no avião. Da mesma forma, não escrevemos um trabalho escolar com a linguagem válida nos torpedos ou na internet. Essa variedade se chama adequação, é essencial, é natural e enriquece a língua. Mas querer que a escola ignore que existe uma língua padrão, que todos temos o direito de conhecer, é nivelar por baixo, como se o menos informado fosse incapaz. Seria, mais uma vez, discriminar quem não pôde desenvolver plenamente suas capacidades. Essa sim é uma postura preconceituosa: os menos privilegiados que fiquem como estão. Com o tempo isso tornará a escola dispensável, pois, se ela não deve colocar a nossa disposição o melhor conhecimento em todos os campos, como direito de todos, poderá ser fechada sem maior problema.

Talvez a adoção desse livro e dessa teoria do MEC nem tenha sido percebida, na montanha de...” - desencontros que acontecem lá, sob o comando do professor e Ministro Haddad, que deveria ter mais atenção com o que se coloca em público. “Imagino que, dando-se conta do havido, as autoridades tomem as providências urgentes que saltam aos olhos de qualquer pessoa minimamente racional e nos livrem de mais esse pesadelo para quem ainda acredita um pouco em educação. Ou, coroada a ignorância, as futuras gerações, livres da escola e do dever de crescer, escreverão e falarão sempre achando naturais e corretas coisas como “os home espera”, “nós achemo”, “as mulher precisa”.

Diante disso, caros colegas parlamentares e prezado Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, torno a chamar a atenção para o cuidado imperioso de resgatarmos nossos valores sociais, educacionais, familiares e cristãos. Esperamos que o MEC coloque a educação como referência para a moral e também para preservar a nossa língua, a língua materna, evitando, assim, esses desencontros.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Inicialmente gostaria de parabenizá-lo pela grandeza de seu pronunciamento, pois, sem dúvida alguma, ele nos toca e nos remete a uma reflexão das mais importantes.



No início desta reunião, o Deputado Vanderlei Miranda trouxe-nos essa boa nova, que foi a decisão da Presidenta. Na verdade, veio tarde, pois não precisaríamos passar o que passamos - como V. Exa. acabou de manifestar -, ofendendo a família, que é a “celula mater” da sociedade e também a escola, o alunado e o Brasil.

Com certeza, nessa reflexão temos de levantar a cabeça e defender, como V. Exa. mesmo disse no final de seu discurso, a nossa língua pátria, a língua que falamos. Trata-se do respeito do cidadão para com o Estado. Até sugeriria a V. Exa. que também encaminhasse o seu discurso ao Ministro Haddad, devido a sua preocupação com todos, que certamente fazem coro com as suas palavras. Parabéns. É um momento importante para discutirmos. Que o governo federal tome as cautelas necessárias ante a ofensa à família, à escola e a todos nós. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, como muito bem expôs o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero também enaltecer a oportunidade do seu pronunciamento, até porque ações como essa do governo federal, por meio do Ministro da Educação, precisam ter reações como essa de V. Exa.

Não podemos permitir que sejam tomadas medidas dessa natureza, na contramão da história, como o governo federal fez. Na contramão por quê? Porque agora mesmo a maioria das universidades federais com sede em Minas Gerais exigiram a prova de português com grande peso no vestibular, e isso foi aplaudido por toda a imprensa e por todos nós, mineiros. Da mesma forma, o governo Aécio Neves-Anastasia, que foi o primeiro a trazer a criança de 6 anos para a escola, colheu como resultado 30% de aumento das crianças com idade até 8 anos já lendo e escrevendo. Hoje 84% das crianças de escolas públicas mineiras já estão lendo e escrevendo.

V. Exa. está refletindo sobre essa posição e até mesmo destacando erros de concordância, como “nós vai”, “nós fica”, “nós fala”, e assim por diante. É preciso lembrar permanentemente que é uma obrigação e uma responsabilidade de todos nós e, particularmente, do Ministério da Educação levar as pessoas a pelo menos pronunciar corretamente e de uma forma adequada aquilo que diz respeito à concordância e à nossa língua vernácula. Então parabenizamos V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento e pela resposta precisa no momento certo.

Deputado Rômulo Viegas, nosso companheiro e amigo, queremos, ainda dentro do seu pronunciamento, aproveitar esta oportunidade para lembrar a questão da Medida Provisória nº 512, que foi revogada pelo governo federal e foi objeto de um editorial no jornal “Diário do Rio Doce”, de Governador Valadares, de propriedade dos grandes jornalistas e empresários Edison Gualberto e Getúlio Bittencourt, o qual, entre outras coisas, diz: (- Lê:) “Na última quinta-feira, a Presidente Dilma Rousseff vetou a Medida Provisória nº 512, que traria benefícios para o Nordeste de Minas Gerais, com a possibilidade até da instalação de uma montadora de veículos da Fiat na região, o que reduziria a pobreza e a desigualdade dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas em relação a outras regiões do Estado. A medida, com certeza, beneficiaria até mesmo Governador Valadares, pois o desenvolvimento teria de passar dentro do Município, talvez deixando cair alguma coisa para a população valadarense. O veto foi criticado duramente por Senadores e pelo próprio Governo Estadual. O Senador Aécio Neves aproveitou a oportunidade para cobrar de Dilma Rousseff a duplicação da BR-381, que vem sendo prometida há anos”.

Há outras considerações, mas quero falar em meu nome e em nome dos Deputados Hélio Gomes e Jayro Lessa. Nós representamos a cidade de Governador Valadares e o Vale do Rio Doce, aplaudimos esse editorial e fazemos um apelo ao governo, tanto o estadual quanto o federal, para que se lembrem com mais força e carinho do nosso Vale do Rio Doce, da nossa cidade-polo do Vale do Rio Doce, Governador Valadares. Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, nosso Líder. Concedo aparte ao Deputado Zé Maia, grande interlocutor no nosso Parlamento.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Caro Deputado Rômulo Viegas, cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento que traz à discussão tema de tamanha importância, como foi exposto aqui com extrema competência.

Caro Deputado Rômulo Viegas, uma coisa é uma pessoa já fora da escola pronunciar de forma errada. Por humanidade, penso que não devemos discriminá-la, mas coisa totalmente diferente é o que V. Exa. disse aqui: publicar um livro incentivando esse tipo de fala e, mais ainda, tolerar as crianças que estão na escola pronunciarem dessa forma. A questão não é discriminar essas crianças, mas educá-las e ensiná-las. Esse é o papel dos profissionais da área de educação. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

Se me permite, gostaria de ainda trazer um artigo exposto pelo Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, publicado no jornal “Estado de Minas”, neste final de semana.

O artigo fala da dívida dos Estados, sobretudo Minas Gerais, com a União. O Vice-Governador discute a troca do índice de correção monetária do IGP-DI para o IPCA, que corrige as receitas do Estado, bem mais lógico. O Vice-Governador cita uma informação importante. Quando renegociou a dívida em 1998, Minas devia R\$15.000.000.000,00; pagou quase R\$18.000.000.000,00 e ainda deve R\$54.000.000.000,00. Portanto, o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho faz um alerta importantíssimo na defesa dos mais altos interesses de Minas e dos mineiros. Obrigado e parabéns.

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, que em breve terá sinal aberto para todo o Estado de Minas Gerais, parabenizo o Presidente Deputado Dinis Pinheiro por essa iniciativa, com toda documentação aprovada pelo Ministério das Comunicações. A população do Estado poderá acompanhar-nos de forma melhor nos quatro cantos de Minas Gerais.

O companheiro Deputado Rômulo Viegas abordou um tema muito importante, que precisamos discutir, mas isso mostra que o Ministério da Educação e o governo atual têm uma forma diferente de ver a sociedade. O Ministério da Educação realmente tem de ver o Brasil de todas as formas, respeitando as diversidades, a pluralidade de ideias, as minorias, as diferentes formas de pensamento, porque somos um país plural. Embora o partido de V. Exa. tenha governado este país antes do nosso por oito anos, não investiu como



deveria nem enfrentou como deveria os problemas reais da educação na época. Hoje já podemos comemorar as diversas conquistas nos últimos oito anos. Enfrentamos os problemas, realizamos o combate à pobreza como uma questão de primeira ordem, procuramos dar condições melhores para os nossos educadores. Podemos falar da conquista do piso salarial para os professores, das cotas nas universidades, que permitiu o acesso ao ensino superior aos negros, aos mais pobres e aos índios. Sexta-feira, em Belo Horizonte, 132 índios colarão grau em diversas áreas. Entre eles está o Sr. José Nunes, Prefeito de São João das Missões, minha cidade, e uma dezena de índios xacriabás e índios de outras etnias - maxacalis, crenques - de Minas Gerais. Colarão grau 132 índios, Deputado Tadeu Martins Leite, na UFMG, na sexta-feira. É um evento importante até para os Deputados presenciarem.

É essa a diferença do nosso governo, de um governo que pensa um país para todos, que está resolvendo o problema do ensino técnico. No Brasil só existiam 110 escolas técnicas federais. Apenas nos oito anos do governo Lula foram criadas 314 novas escolas técnicas federais. A Presidente Dilma agora lançou um novo pacote para construção de novas escolas técnicas. Quero agradecer a ela porque sei que mais duas serão construídas no Norte de Minas. Precisamos agradecer, neste momento, por essa nova visão do nosso governo, que se preocupa realmente com a educação, que se preocupa realmente em favorecer as minorias com a criação de tantos programas.

Podemos citar, Deputado Elismar Prado, o ProUni, que é uma revolução que acontece neste país. Mais de 1 milhão de jovens de famílias carentes, de famílias que jamais sonhariam em ver o filho na escola hoje estão fazendo um curso superior, estão se tornando médicos, advogados, engenheiros, professores.

É com muito orgulho, Deputado Sávio Souza Cruz, que enfrentamos aqui hoje e nos abrimos para discutir, respeitando, claro, os posicionamentos diferentes, as adversidades.

Precisamos seguir com o nosso país, precisamos realmente governar para todos, como fez o Presidente Lula e como está fazendo nossa Presidente Dilma.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. e aproveito para parabenizá-lo por abordar esse tema, de grande relevância e interesse público, que diz respeito aos investimentos liderados pelo nosso querido Presidente Lula e agora pela nossa Presidenta Dilma, que dá continuidade a esse projeto de transformação do Brasil.

Realmente, investir em educação, Deputado Paulo Guedes, é muito importante. Sempre falo que é importante investir em todas as áreas, mas também repito que, quando se investe na formação de cidadãos mais conscientes, mais exigentes dos seus direitos, realmente constroem-se condições de a sociedade ter mais acesso à dignidade. Nesses oito anos do governo Lula realmente estamos resgatando e pagando uma imensa dívida social acumulada ao longo da história do Brasil. Já disse aqui, em outra oportunidade - e é importante lembrar -, que, em 1993, o então Presidente Fernando Henrique assinou um decreto que acabou com a educação profissional do Brasil. Somente em 2003, dez anos depois, o Presidente Lula revogou o decreto e o Brasil passou a investir novamente na expansão do ensino profissional. São centenas de cursos e extensões: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Ifets -, os Cefets, agora o Pronatec, lançado pela Presidenta Dilma. Ou seja, o País está crescendo, está distribuindo renda, milhões de pessoas saíram da linha da pobreza.

É fundamental e imprescindível investir em educação para o País continuar a crescer e se desenvolver mais. Então, é importante V. Exa. trazer essa questão, até mesmo a do ProUni. Quando fui membro da UNE, fazíamos muita luta em defesa da expansão do ensino superior no Brasil. Hoje há centenas de extensões universitárias: Monte Carmelo já tem sua extensão universitária da Universidade Federal de Uberlândia, Araguari discutirá os cursos agora, Ituiutaba já tem sua universidade.

V. Exa. abordou algo muito interessante, a questão do ProUni. Os alunos carentes que, em toda a sua trajetória no ensino público, enfrentavam dificuldades de informação e oportunidade, hoje, apresentam as melhores notas e os melhores aproveitamentos. Refiro-me àqueles alunos que não tiveram oportunidade de estudar e de ter uma escola de qualidade, que sofreram muito preconceito, ouvindo perguntas do tipo: será que darão conta e conseguirão acompanhar o processo de aprendizagem da universidade e do curso superior? Eles surpreenderam o Brasil todo. Mesmo sendo alunos carentes, filhos de pedreiro, de doceira, de marceneiro, de gari, serão doutores sim, com muito orgulho. Eles apresentam as melhores notas do ProUni, e isso é um grande exemplo de superação. Esses investimentos são fundamentais.

Gostaria de parabenizar V. Exa. e dizer que estamos atentos a esse processo de expansão, tanto profissional como do ensino superior em Minas Gerais, que foi contemplado pelo Presidente Lula e agora pela Presidente Dilma. Obrigado.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Elismar Prado. Gostaria também de dizer que não há apenas o ProUni, existem muitos outros programas. Hoje, para se ingressar no Fies, não são necessários mais avalistas. Fazer um curso superior no Brasil, o que era para poucos, para uma minoria, hoje não é mais difícil. Só não estuda em curso superior, Deputado Rogério Correia, quem não quer.

Há o ProUni, enfim, educação em todos os sentidos a partir da pré-escola, com construções de creches em todos os Municípios do Brasil, por meio do ProInfância. Existe o ProJovem, o ensino de adultos que não tiveram oportunidade de estudar na infância. Agora está sendo feita a expansão das escolas técnicas e, principalmente, está havendo esse avanço do ensino superior, que, com a abertura de vagas, triplica o número de inscritos nas universidades públicas. As universidades particulares estão se abrindo, por meio do ProUni e do Fies, para o qual não é necessário avalista. Isso tudo mostra que temos um país preparado para crescer, para avançar e para se tornar cada vez mais importante no cenário mundial. Investindo no povo e nas minorias, sem discriminação, hoje podemos afirmar que somos um país de todos os brasileiros, pois respeitamos todo o mundo, todas as classes, a dos negros, a dos brancos, a dos homossexuais, a dos índios, enfim, todas as diferenças e diversidades.

Este é o país da Presidente Dilma, este é o país que o Presidente Lula ajudou a construir. Com certeza, a Presidente Dilma continuará esse trabalho.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, faria um resumo do que V. Exa. acabou de dizer, em poucas palavras. O Presidente Lula lançou o ProUni, a Presidenta Dilma agora fará o ProUni do ensino médio, que é o Pronatec. Oito milhões de jovens terão agora um ensino profissionalizante e condições de contribuir com o Brasil, com o ensino técnico. Eles estarão aptos a



ter um emprego e a ajudar na indústria e na agricultura familiar, por meio desses cursos técnicos. Oito milhões de jovens no Brasil, Deputado Paulo Guedes, sairão formados do ensino profissionalizante. Queria apenas lembrar a V. Exa. que, para isso acontecer, tivemos de revogar, no governo do Presidente Lula, uma lei do ex-Presidente Fernando Henrique que proibia o governo federal de fazer investimentos no ensino técnico profissionalizante. Tivemos de derrubar uma lei do PSDB, do ex-Presidente Fernando Henrique, que proibia a União de investir no ensino técnico profissionalizante. Agora a Presidente Dilma lança o Pronatec, que será o verdadeiro ProUni do ensino técnico. Com isso a responsabilidade dos Estados também aumenta. Por essas razões, às vezes cobramos, com veemência, como fizemos aqui, que o governo do Estado dê a atenção devida aos nossos professores, à educação mineira, que inicie pagando aos professores o piso nacional, que não é muito, Deputado Fred Costa. Não é pedir muito um piso de R\$1.200,00 para uma professora. Várias Prefeituras do interior ou Estados muito menores que Minas Gerais pagam esse piso. Essa é uma discussão que devemos fazer aqui. Eu e o Deputado Dalmo apresentamos requerimento na Comissão de Educação, para que discutamos o Pronatec e como esse será implementado em Minas Gerais. Gostaria do apoio de V. Exa., que está na Mesa da nossa Assembleia. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Antes de conceder aparte aos demais Deputados, gostaria, Sr. Presidente, de fazer um apelo ao governo do Estado, de forma mais clara ao Presidente da Copasa, para que tome providências urgentes quanto aos problemas que vêm ocorrendo no Vale do Jequitinhonha, no Norte do Estado, relativamente ao abastecimento de água. Quero deixar claro e especificar o problema da cidade de Ninheira, onde estive nesse final de semana, e que tem problema de abastecimento de água, não é nem na comunidade rural. Às vezes a cidade fica uma semana, 15 dias sem água na torneira. Pude presenciar, Sr. Presidente, no Centro da cidade, três caminhões-pipa levando água para as pessoas porque não há água na tubulação. Secaram todos os poços. A Copasa precisa urgentemente tomar providências em casos como esse registrado em Ninheira, que levou até à revolta a população mês passado. Cansada de esperar, a população se revoltou e até depredou o escritório da Copasa na cidade. Isso é triste porque a Copasa é patrimônio do povo mineiro, e não queremos esse tipo de violência. Não é dessa forma que se resolve o problema, mas precisamos fazer com que a Copasa, empresa que tem superávit e que lucrou mais de R\$500.000.000,00 ano passado, resolva problemas como esse, das pequenas cidades. Ninheira, no Alto Rio Pardo, está sofrendo o grande problema da falta de água. Uma cidade sendo abastecida por caminhão-pipa: víamos isso em comunidades rurais, mas na zona urbana isso é fato novo, e precisamos que a Copasa tome providências nesse sentido.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, quero felicitá-lo pelo pronunciamento, que traz temas importantes. Destaco, de forma fundamental, a educação. Para nós que acreditamos na verdadeira transformação social, ela passa necessariamente por investimentos em educação em todos os níveis - educação infantil, ensino médio, fundamental, superior, até mesmo técnico. Como dispomos de pouco tempo, graças ao aparte que V. Exa. me concede, quero somente trazer um tema muito importante. Belo Horizonte hoje tem 2.500 educadores infantis. Até meados do ano que vem eles serão mais de 5 mil, embora o calendário seja unificado, a carga horária seja a mesma, e as férias as mesmas. Belo Horizonte vem tratando o educador infantil como administrador não só na remuneração, para ser mais mal remunerado, mas principalmente afetando a sua aposentadoria - a aposentadoria do professor passa a ser com 30 anos e não com 25 anos. Espero podermos trazer essa importante discussão para a Assembleia Legislativa, para unirmos esforços com os educadores infantis de Belo Horizonte e de alguma cidades da Região Metropolitana, onde o problema também ocorre de forma semelhante. Muito obrigado por me conceder o aparte.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Fred Costa. Sr. Presidente, encerro aqui, e muito obrigado pela atenção.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/5/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Almir Paraca

exonerando Adenilson Rodrigues Rubim do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando Ana Caroline Alves do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
exonerando Clenilde Aparecida Silva Barbosa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
exonerando Cristina Araújo Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
exonerando Edilberto Fernandes Pinto do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando Marina Maciel de Almeida do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando Raquel Castro Rocha do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Adenilson Rodrigues Rubim para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Ana Caroline Alves para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Cleide da Silva Batista Carneiro para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Clenilde Aparecida Silva Barbosa para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Cristina Araújo Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Edilberto Fernandes Pinto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
nomeando Paulo César de Araújo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;



nomeando Raquel Castro Rocha para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Sander Cicero Ulhoa Almeida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;
nomeando Valdiney Aparecido de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel

exonerando Luana Rezende Caixeta do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando Simone Abuid Moreira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Aldanny Guimarães Rezende para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Daniel Aleixo Favarini para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Simone Abuid Moreira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Claudia Assis Costa do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;
exonerando Jó Luiz Corrêa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando José Eugênio Sena Souto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Sirlei de Almeida Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Claudia Assis Costa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Jó Luiz Corrêa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando José Eugênio Sena Souto para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;
nomeando Ronaldo Ferreira de Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Fabiano Tolentino

nomeando Douglas Edson Fernandes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fred Costa

exonerando Gilberto Fernandes Duque do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Delma Aparecida Botelho Alves Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando Willyanne Brandão Andrade do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Ana Inês Alves de Sousa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Willyanne Brandão Andrade para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Vítor Xavier

exonerando Gustavo Felipe Melo da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;
nomeando Andrelina Casaverde Sampaio para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Mirtes Horta Cipriano do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Tatiana Cardoso Braga de Freitas Nunes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Marina da Silva Teixeira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Paulo César de Araújo do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Linear Equipamentos Eletrônicos S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembleia, instalados no interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 2/6/2011 a 1º/6/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Município de Pedra Azul. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 02.07.02.24.722.0014.2077.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Município de Poços de Caldas. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 18/4/2011.



TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Casa do Homem de Nazaré, de Belo Horizonte. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 26/5/11, pág. 48, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Juninho Araújo", onde se lê:

"Nora Renaut Pinto Rodrigues", leia-se:

"Norah Renault Pinto Rodrigues".